



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**  
**CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**PROGRAMA DE FORMAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ – FORMAPARÁ**

**ALAN FERNANDO DE JESUS DA SILVA**

**CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM**  
**ORIXIMINÁ – PARÁ**

**ALENQUER – PARÁ**  
**2025**

**ALAN FERNANDO DE JESUS DA SILVA**

**CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM  
ORIXIMINÁ – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

**ALENQUER – PARÁ  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- S586c Silva, Alan Fernando de Jesus da  
Capacidades governativas da gestão pública municipal em Oriximiná - Pará. / Alan Fernando de Jesus da Silva. - Alenquer, 2025.  
64 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador: Márcio Júnior Benassuly Barros.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. Gestão Pública. 2. Capacidades Governativas. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Barros, Márcio Júnior Benassuly, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 352.16098115


**ALAN FERNANDO DE JESUS DA SILVA**

**CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM  
ORIXIMINÁ – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel.  
Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros


Conceito: 9,5

Data de Aprovação: 15/04/2025

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**  
Data: 20/05/2025 22:12:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA - Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 **ABNER VILHENA DE CARVALHO**  
Data: 20/05/2025 22:02:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA – Santarém)

Documento assinado digitalmente  
 **RAONI FERNANDES AZEREDO**  
Data: 20/05/2025 22:32:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Raoni Fernandes Azeredo (UFOPA – Alenquer)


## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No decimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 18h30 horas, realizou-se a Defesa Pública no auditório da UFOPA Campus Alenquer, da Monografia do acadêmico **Alan Fernando de Jesus da Silva** (matrícula: 2021015831), intitulada Capacidades governativas da gestão pública municipal em Oriximiná – Pará sob orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros que compôs a banca examinadora com os professores: Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA – Santarém) e Prof. Dr. Raoni Fernandes Azeredo (UFOPA – Alenquer). O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 9,5, atribuindo 20 dias para que o discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.


Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (Orientador) -----

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIO JUNIOR BENASSULY BARROS**  
Data: 16/04/2025 09:54:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho (UFOPA) -----

Documento assinado digitalmente  
 **ABNER VILHENA DE CARVALHO**  
Data: 16/04/2025 12:39:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Raoni Fernandes Azeredo (UFOPA) -----

Documento assinado digitalmente  
 **RAONI FERNANDES AZEREDO**  
Data: 16/04/2025 14:57:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alan Fernando de Jesus da Silva -----

Documento assinado digitalmente  
 **ALAN FERNANDO DE JESUS DA SILVA**  
Data: 16/04/2025 18:22:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar e me dar forças durante toda a minha trajetória universitária. Agradeço aos meus pais, Luana Vitorina de Jesus e Jocimar Ribeiro da Silva, pelo apoio total e incentivo constante ao longo de todo o curso, sem o amor e dedicação de vocês, nada disso seria possível. Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros, pelos ensinamentos valiosos, pelas orientações precisas e pelo apoio no meu desenvolvimento acadêmico, sua contribuição foi fundamental para o sucesso deste trabalho. Quero expressar minha gratidão aos meus amigos, especialmente aos integrantes da turma de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional de Alenquer – Pará, pela amizade, companheirismo e apoio durante essa caminhada. Agradeço ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/ UFOPA/ CNPQ) e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) pela concessão da bolsa de Iniciação Científica no período de 16/01/2023 a 15/01/2024, por meio do Edital 04/2022 - Projetos e Cotas Forma Pará - Convênio 10/2022, com o plano de trabalho focado no fortalecimento das capacidades governativas da gestão pública municipal em Oriximiná – Pará. A todos, meu sincero agradecimento.

*"Mesmo desacreditado e ignorado por todos,  
não posso desistir, pois para mim,  
vencer é nunca desistir."*

*(Albert Einstein)*

## RESUMO

A gestão pública municipal desempenha um papel essencial na elaboração e implementação de estratégias que promovam o bem-estar da população, por meio de programas, ações e políticas públicas voltadas à redução de desafios e problemas sociais. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a gestão pública do município de Oriximiná – Pará em relação à sua capacidade governativa municipal, analisando suas bases conceituais, formação histórica e variáveis como recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e a resposta à pandemia da COVID-19. A pesquisa adota uma metodologia mista (quantitativo e qualitativo), sendo a quantitativa, com levantamento de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentos municipais, e a qualitativa, com pesquisa bibliográfica sobre o tema. Estruturado em três capítulos, o estudo discute inicialmente a gestão municipal e a capacidade governativa, em seguida aborda a formação histórica e institucional de Oriximiná, e, por fim, apresenta a análise das variáveis investigadas e os resultados do levantamento. Os resultados da pesquisa indicam que algumas atividades essenciais não estavam sendo plenamente executadas pela prefeitura municipal após as informações extraídas de fontes secundárias, como o site oficial da prefeitura de Oriximiná e veículos de notícia, destacaram que houve um avanço e retrocessos na gestão municipal nas áreas; no entanto, nos anos seguintes, observou-se uma evolução na gestão pública local, com avanços na implementação de programas e ações que visam o desenvolvimento sustentável do município. Conclui-se assim que nos anos seguintes após o levantamento das informações do município, o poder público atuou em trazer melhorias em algumas áreas.

**Palavras-Chave:** Gestão Pública, Capacidade governativa; Desenvolvimento sustentável

## **ABSTRACT**

Municipal public management plays an essential role in the development and implementation of strategies that promote the well-being of the population, through programs, actions and public policies aimed at reducing social challenges and problems. In this context, this work aims to analyze the public management of the municipality of Oriximiná - Pará in relation to its municipal government capacity, analyzing its conceptual bases, historical formation and variables such as human resources, housing, transportation, agriculture, environment, disaster management and the response to the COVID-19 pandemic. The research adopts a mixed methodology (quantitative and qualitative), being the quantitative, with data collection from the Basic Municipal Information Survey (MUNIC 2020) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and municipal documents, and the qualitative, with bibliographic research on the subject. Structured in three chapters, the study initially discusses municipal management and government capacity, then addresses the historical and institutional formation of Oriximiná, and finally presents the analysis of the variables investigated and the results of the survey. The results of the research indicate that some essential activities were not being fully executed by the city government after the information extracted from secondary sources, such as the official website of the city government of Oriximiná and news outlets, highlighted that there were advances and setbacks in municipal management in the areas; however, in the following years, an evolution was observed in local public management, with advances in the implementation of programs and actions aimed at the sustainable development of the municipality. It is therefore concluded that in the following years after the collection of information from the municipality, the public authorities acted to bring improvements in some areas.

**Key words:** Public Management, Governance Capacity; Sustainable Development

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Aspecto de composição de pessoas da administração direta de Oriximiná em 2020.....	46
<b>Quadro 2</b> – Aspecto do plano municipal de habitação de Oriximiná em 2020.....	47
<b>Quadro 3</b> – Aspecto do conselho e fundo municipal de habitação de Oriximiná em 2020....	47
<b>Quadro 4</b> – Aspecto do cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais de Oriximiná em 2020.....	47
<b>Quadro 5</b> – Aspecto de favelas, cortiços e loteamentos irregulares de Oriximiná em 2020..	48
<b>Quadro 6</b> – Aspecto de programas ou ações na área de habitação de Oriximiná em 2020....	48
<b>Quadro 7</b> – Aspecto do plano municipal de transporte de Oriximiná em 2020.....	49
<b>Quadro 8</b> – Aspecto do conselho e fundo municipal de transporte de Oriximiná em 2020..	49
<b>Quadro 9</b> – Aspecto dos serviços de transporte em Oriximiná em 2020.....	49
<b>Quadro 10</b> – Aspecto do órgão gestor da política agropecuária de Oriximiná em 2020.....	50
<b>Quadro 11</b> – Aspecto de programas ou ações no setor agropecuário de Oriximiná em 2020.	50
<b>Quadro 12</b> – A prefeitura desenvolve programa ou ação de estímulo a programas ou ações agropecuárias em Oriximiná em 2020.....	51
<b>Quadro 13</b> – Programa ou ação de aquisição de produtos agropecuários do município desenvolvidos pela prefeitura em Oriximiná em 2020.....	51
<b>Quadro 14</b> – Programas implementados pelo governo municipal em parceria com o Governo Federal em Oriximiná em 2020.....	52
<b>Quadro 15</b> – Ocorrências de alagamentos e processos erosivos em Oriximiná em 2020.....	52
<b>Quadro 16</b> – Ocorrências de enchente ou inundação gradual em Oriximiná em 2020.....	53
<b>Quadro 17</b> – Ocorrências de enxurrada ou inundação brusca em Oriximiná em 2020.....	53
<b>Quadro 18</b> – Ocorrências de escorregamento ou deslizamento de encosta em Oriximiná em 2020.....	53
<b>Quadro 19</b> – O município possui como instrumento de planejamento de gestão de riscos e desastres em 2020.....	53
<b>Quadro 20</b> – Ações realizadas durante a pandemia da Covid-19 em Oriximiná em 2020.....	54

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Retrato de José Nicolino de Souza, na Igreja Matriz de Oriximiná, Pará.....	28
<b>Figura 2</b> – Igreja Matriz de Santo Antônio em Oriximiná.....	29
<b>Figura 3</b> – Magalhães Barata.....	30
<b>Figura 4</b> – Vista parcial da cidade .....	31
<b>Figura 5</b> – Mapa do município de Oriximiná-Pará.....	37
<b>Figura 6</b> – Porto Trombetas.....	38
<b>Figura 7</b> – Indicador de PIB de Oriximiná.....	39
<b>Figura 8</b> – Frota de veículos de Oriximiná.....	40
<b>Figura 9</b> – Aeroportos, aeródromos e heliporto de Oriximiná.....	41
<b>Figura 10</b> – Receita e despesa de Oriximiná.....	41
<b>Figura 11</b> – Fundo de Participação dos Municípios.....	42
<b>Figura 12</b> – Mapa da Floresta Nacional Saracá-Taquera.....	42
<b>Figura 13</b> – Foto da Reserva Biológica do Rio Trombetas.....	43
<b>Figura 14</b> – Foto da Feira do Produtor em Oriximiná.....	43
<b>Figura 15</b> – Cartaz do Campeonato de Pesca Esportiva.....	44
<b>Figura 16</b> – Estrutura Organizacional do Município de Oriximiná.....	45
<b>Figura 17</b> – Fachada da Prefeitura do Município de Oriximiná.....	46

## **LISTA DE SIGLAS**

**CF/88** – Constituição Federal de 1988

**PPA** – Plano Plurianual

**LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**e-Gov** – Governo Eletrônico

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**FAPESPA** – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

**CPI-SP** – Comissão Pró-Índio de São Paulo

**SETUR** – Secretaria de Estado de Turismo do Pará

**MUNIC** – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**EMATER-PA** - Extensão Rural do Estado do Pará

**PEAAF** – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

**PGIRS** – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

**ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**COVID-19** – Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPITULO 1 - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CAPACIDADES GOVERNATIVAS.....</b>	<b>12</b>
1. 1. Gestão pública municipal.....	12
1. 2. Capacidades governativas.....	19
<b>CAPITULO 2 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL MUNICIPAL EM ORIXIMINÁ– PARÁ. ....</b>	<b>28</b>
2. 1. Formação histórica em Oriximiná – Pará.....	28
2. 2. Formação institucional municipal em Oriximiná – Pará.....	32
<b>CAPITULO 3 – CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM ORIXIMINÁ – PARÁ.....</b>	<b>45</b>
3.1 Informações da prefeitura.....	45
3.2 Recursos humanos.....	46
3.3 Habitação.....	47
3.4 Transporte.....	49
3.5 Agropecuária .....	50
3.6 Meio ambiente.....	51
3.7 Gestão de desastres .....	52
3.8 COVID-19 .....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A gestão pública municipal representa uma responsabilidade em desempenhar um papel fundamental na elaboração estratégia que garantam implementação de programas, ações e políticas públicas, com o propósito central de diminuir dificuldades enfrentadas pela população que vivem em condições precárias. Para isso a capacidade governativa tem como objetivo central implantar com a maior eficiência políticas públicas que garante o bem-estar da população local e garantam o desenvolvimento municipal.

A autonomia que os municípios brasileiros possuem devido a descentralização do poder emanado pela Constituição Federal de 1988, que é conhecida como a Constituição Cidadã, que se tornou o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Assim os municípios tiveram maior autonomia na gestão pública, principalmente em áreas específicas como habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente e gestão de riscos e desastres, apesar dessa ampliação, as competências municipais também trouxeram desafios administrativos e financeiros, exigindo que os municípios tenham uma maior capacidade governativa para o atendimento dessas demandas locais de maneira eficiente.

Diante disso o município de Oriximiná que se localiza na região do Baixo Amazonas no Estado do Pará, que possui uma trajetória histórica de diversidade cultural e exploração mineral, enfrenta desafios significativos na sua gestão, principalmente na formulação e implantação de políticas que atendam sobretudo as necessidades da população, para que promovam o desenvolvimento sustentável.

Para identificar esses desafios enfrentados, foi utilizado uma análise pelo levantamento de informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstrou necessidades em políticas públicas no município de Oriximiná, apesar da implantação de programas como benefício de aluguel a famílias de baixa renda, mobilidade para o deslocamento de pessoas, ações para cultivo de sementes, mudas, adubo e estímulo a agricultura familiar. Outro desafio enfrentado e devido as enchentes que acontecem anualmente nos períodos do inverno e erosões do solo por conta de fortes chuvas, no entanto no período da pandemia da covid-19, o município realizou todos os protocolos de imunização, para a diminuição da propagação dos vírus.

Objetivo geral da pesquisa foi analisar as capacidades governativas da gestão pública municipal em Oriximiná – Pará. Os objetivos específicos foram; a) analisar as bases conceituais sobre gestão pública municipal e capacidades governativas; b) analisar a formação histórica e institucional municipal em Oriximiná – Pará; c) analisar as capacidades governativas

da gestão pública municipal em Oriximiná – Pará, nas variáveis, recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e COVID-19 e seus indicadores.

A metodologia da presente pesquisa utilizou o método misto (quantitativo e qualitativo) no estudo. No método quantitativo foi feito um levantamento de informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementado com demais pesquisa documental do município de Oriximiná. Quanto ao emprego do método qualitativo, ocorreu através de pesquisa bibliográfica sobre a temática.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo um intitulado, *Gestão pública municipal e capacidades governativas* são apresentadas as bases conceituais da pesquisa.

No capítulo dois intitulado, *Formação histórica e institucional municipal em Oriximiná– Pará*, são apresentados elementos do desenvolvimento histórico e institucional municipal.

No capítulo três intitulado, *Capacidades governativas da gestão pública municipal em Oriximiná – Pará*, são apresentados os resultados de pesquisa nas variáveis nas variáveis, recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente, gestão de desastres e COVID-19.

Por fim são apresentadas as considerações finais a síntese da pesquisa.

# **CAPITULO 1 - GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CAPACIDADES GOVERNATIVAS**

## **1.1 Gestão pública municipal**

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para a política pública e para a administração no Brasil, com a abertura popular social e o compromisso de descentralizar e distribuir para o poder entre Estados e Municípios, garantindo a tomada de decisões de forma livre. Assim os municípios passaram a ter maior independência na sua gestão pública, viabilizando o atendimento das necessidades municipais, promovendo desenvolvimento econômico e social. Os municípios brasileiros alcançaram sua autonomia política, que foi consolidada através da elaboração de suas próprias leis orgânicas e legislações, além de eleger seus governantes.

A constituição permitiu a expansão dos municípios em funções para áreas cruciais como política urbana e transporte coletivo, possibilitando uma gestão mais próxima e adaptada às necessidades locais. Com esse avanço constitucional não apenas fortaleceu a descentralização administrativa, mas promovendo maior participação cidadã, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Segundo Almeida (2020), o impacto da descentralização do poder promovido pela Constituição Federal de 1988, reforçou o papel dos municípios brasileiros como agentes principais na gestão pública, assim exigindo maior capacidade no planejamento e execução das políticas para atender as demandas:

Advém que a Constituição Federal de 1988 descentralizou a atribuição do planejamento para os municípios, bem como, ampliou suas responsabilidades na formulação e implementação de políticas públicas. De maneira específica, o artigo 165 da constituição, estabeleceu que os três entes federativos deveriam formular seus planos plurianuais (PPA) para gerir autonomamente seu território. (ALMEIDA, 2020, p. 12).

Com a descentralização os municípios passaram a ter responsabilidade de formular e planejar as políticas públicas para atender as necessidades locais, nesse contexto, a elaboração do Plano Plurianual (PPA) permitiu que os municípios estruturassem suas ações e prioridades de forma estratégias, promovendo desenvolvimento econômico e social as demandas específicas de sua população:

Esse evento reforça a posição dos municípios como atores centrais como formuladores de políticas, Grin (2021), explica que as principais políticas foram as voltadas para o bem-estar social, destacando o alimento da capacidade municipal na geração de receitas próprias: A redemocratização em meados da década de 1980, a aprovação de uma nova constituição em 1988 e de várias emendas constitucionais, após 1996, foram os principais eventos que explicam as mudanças geradas no papel dos governos locais em suas possibilidades de geração de receita própria e como principal provedor de políticas sociais universais. [...]. Nas últimas três décadas, os municípios tornaram-se

a unidade federativa central para a implementação e oferta de políticas públicas, especialmente as de bem-estar social. [...] cresceram as demandas para qualificar sua gestão para responder às suas novas funções e responsabilidades no âmbito local e nas relações intergovernamentais. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.88).

Porém com a ampliação da responsabilidade, surgiram novos desafios significativos, como o aumento da demanda por uma gestão pública mais qualificada, tanto no aspecto local, quanto nas relações intergovernamentais. Portanto o autor enfatiza que a importância em fortalecer a capacidade administrativa dos municípios, para manter a eficiência no combate das demandas locais (GRIN, DEMARCO, ABRUCIO, 2021).

A efetivação dos direitos sociais no Brasil, depende consideravelmente das capacidades municipais, Gomes (2017), fala que planejar e formular políticas públicas que atendam a demanda local, fortalece o bem-estar local:

[...] a efetivação dos direitos sociais depende, muitas vezes, da capacidade dos municípios para a formulação de políticas, pois nessa fase é possível planejar e desenhá-las, de modo que a elaboração atenda de forma mais próxima às reais necessidades da população local. [...] Através desta dinâmica, a configuração do federalismo brasileiro incentivou que estados e municípios participassem diretamente da implementação de políticas originalmente executadas pelo governo central, como é o caso da saúde e da educação. (GOMES, 2017, p.2)

Gomes (2017), destaca que devido o federalismo brasileiro ter promovido a descentralização, incentivando Estado e municípios a ter o papel ativo na implementação de políticas, que antes era exclusivo governo central. Um exemplo são as áreas da saúde e educação. Isso reforça a importância da gestão local no fortalecimento do bem-estar social e atendimento das demandas locais.

Devido a essa descentralização do poder, as políticas municipais passaram por transformações para se tornarem mais eficientes quando são baseadas em necessidades específicas de uma população local. Gomes (2017) destaca que o estudo dessas políticas sociais passaram a ser mais debatidas no meio acadêmico:

[...] a elaboração e a implementação de políticas sociais ganharam maior visibilidade acadêmica, sobretudo, o estudo sobre as questões federativas que as envolvem, tendo em vista que, em tese, essas políticas possuem maior eficácia, se baseadas nas relações específicas de uma determinada população, o que pode ser feito de forma mais efetiva em âmbito municipal. (GOMES, 2017, p.3)

Isso mostra que, com a elaboração de políticas públicas mais eficientes, a gestão pública possui um espaço estratégico para promover políticas mais justas e adequadas à realidade da população que atende.

Gomes (2017), define a política social como ação governamental, que tem como objetivo principal, promover a proteção social:

[...] a política social é reconhecida como a ação governamental com objetivos

relacionados à proteção social, ou seja, são as políticas públicas referidas àquelas ações que exercem – pelo menos em tese – um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos. (GOMES, 2017 p.4)

Assim, trata-se de iniciativas, públicas voltadas para atender as necessidades sociais da população, como saúde, educação, segurança e assistência social, garantindo uma melhoria na qualidade de vida e reduzindo a desigualdade.

Souza (2018), aborda o conceito da política de assistência social, mostrando que os Estados passaram a desempenhar um papel secundário e atuando em conjunto com os municípios.

[...] na política de assistência social os estados passaram a ser coadjuvantes dos municípios, constituindo fundos cujos recursos são a eles repassados, mas atuando mais na tentativa de auxiliar as burocracias locais do que em formulações próprias e adaptáveis às suas circunstâncias. (SOUZA, 2018, p. 272).

Assim Souza (2018), reflete a descentralização das responsabilidades em assistência social, onde os municípios assumem um papel de destaque na execução dessas políticas, enquanto o Estado funciona com apoio técnico e financeiro. Essa dinâmica mostra a colaboração entre essas duas esferas de governo, que é essencial para fortalecer a gestão local e garantir a eficiência da assistência social.

Carneiro (2021), fala que gerir pequenas e médias cidades no Brasil é um grande desafio, pois cada uma tem suas próprias particularidades, culturas e necessidades, isso significa que, para ter uma administração eficiente, é preciso entender as principais diferenças regionais do país, como transporte público, segurança, saúde e educação, e além de outras questões relacionadas a economia local e o relacionamento com a sociedade.

A partir disso, o autor comenta sobre a gestão municipal brasileira dos pequenos e médias cidades, destacando como quantidades e serviços seria complexa para cada realidade:

[...] a gestão municipal, em um país majoritariamente constituído por pequenas e médias cidades, implica em uma vasta quantidade de serviços que, em si mesmos, carregam complexidades específicas e que, segundo cada realidade local, exigem interpretações e ações distintas. Ao considerar esse cenário, para forjar uma perspectiva comum para que a gestão municipal possa ser bem-sucedida, parece-nos essencial buscar os conhecimentos necessários para que se possa garantir a oferta de serviços públicos de qualidade, acessíveis à toda população (critério da universalidade). (CARNEIRO, 2021, p. 72).

Com isso Carneiro (2021), destaca que para garantir maior eficiência nas políticas municipais, é essencial que elas sejam alinhadas às reais necessidades da população, para isso, os gestores devem atuar como uma ponte que conecta a sociedade ao poder público municipal, promovendo a participação ativa da comunidade e permitindo que sua voz influencie as decisões e prioridades administrativas.

As políticas públicas estão conectadas e fazem parte de um projeto maior da sociedade, refletindo os interesses e principais conflitos existentes de diferentes grupos, econômicos e políticos, assim procurando um equilíbrio dentro de contextos demográficos. O gestor público não deve se limitar apenas a demandas imediatas da cidade, mas precisa alinhar um planejamento mais amplo que leve em conta os objetivos e estratégias nacionais, (CARNEIRO, 2021). Dessa forma, a articulação de demandas locais e os objetivos nacionais se tornam essenciais, garantindo que devidas políticas públicas atendam as reais necessidades, promovendo uma sociedade mais justa e equilibrada.

A gestão pública municipal desempenha o papel de promoção da inclusão social, que possibilita a elaboração de projetos voltados à população vulnerável, garantindo o acesso a oportunidades e recursos. O principal programa de inclusão social seria a assistência social, uma política que combate a vulnerabilidade social, promovendo o bem-estar e articulando outras políticas públicas. Teixeira (2002), destaca sobre a lei Orgânica de Assistência social, falando dos seus princípios e diretrizes para o atendimento da população em situações vulneráveis.

Lei Orgânica de Assistência Social, envolvendo ações destinadas à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, portadores de deficiências, inserção no mercado de trabalho. Seus princípios são da universalização, respeito à cidadania, igualdade de acesso aos serviços, transparência, descentralização, participação de organizações da sociedade civil na formulação das políticas e no controle das ações e a primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas. (TEXEIRA, 2002, p. 9)

A abordagem feita por Teixeira (2002), aponta que a promoção do bem-estar social de grupos específicos beneficiados pelas (LOAS) - Lei Orgânica de Assistência social como famílias, mães, crianças e adolescentes, podem garantir direitos individuais necessários, assim políticas públicas por serem um conjunto de ações e programas implementados pelos governos, atendem às necessidades e interesses da sociedade, abrangendo diversas áreas, como saúde, educação, segurança, habitação, transporte e meio ambiente. Com isso as políticas públicas desempenham um papel crucial nos Estados brasileiros, como na redução das desigualdades sociais e regionais, proporcionando o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Dessa forma Celso (2002), destaca a definição de política pública, explicando suas diretrizes e os princípios que orientam as ações do poder público, que estabelece regras e procedimentos de interação entre governo e sociedade.

Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, p. 2, 2002).

Mastrodo (2019), também aborda uma perspectiva das políticas públicas assim destacando sua definição em associar a eficiência em cumprir com um propósito específico.

De igual forma, a definição de políticas públicas tem sido compreendida em seu sentido funcional: tem que funcionar, não havendo muita discussão sobre o que seria uma política pública, mas se ela serve a um determinado propósito. (MASTRODO, 2019, p. 8)

Com isso Celso (2002) destaca que, a elaboração de políticas públicas envolve decisões sobre quem decide o que, quando, com que consequências e para quem. Essas escolhas são profundamente influenciadas pelo regime político vigente, organização da sociedade civil e cultura política predominante, por exemplo em uma democracia, onde o foco maior seria na participação pública e transparência, permitindo a influência de atores no processo decisório.

Grin, Demarco e Abrucio (2021), destacam as principais políticas públicas de benefício popular nos municípios, como a política habitacional, saúde, educacional e de segurança pública enfatizando sua importância. Então cada uma dessas políticas desempenha um papel crucial na melhoria das condições de vida da população, contribuindo para a redução das desigualdades e atendendo às necessidades básicas.

Grin, Demarco e Abrucio (2021) falam primeiro da política habitacional, citando a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em 2005, que trouxe maior coordenação entre as esferas de governo, facilitando a implementação de programas de moradia que ampliaram a presença de conselhos municipais, além de melhorar a identificação do déficit habitacional.

No âmbito da saúde Grin, Demarco e Abrucio (2021) destacam o Pacto pela Saúde, que teve como objetivo fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), para fornecer serviços de qualidade, a avaliação e cumprimento dessas metas, foram utilizando indicadores de 2007 a 2011 para medir a evolução das pactuações e o impacto dos serviços municípios.

Já na educação Grin, Demarco e Abrucio (2021) falam, das políticas voltadas ao ensino fundamental enfrentam desafios relacionados às capacidades administrativas e financeiras dos municípios, evidenciando que apenas incentivos e regras federais não são suficientes para garantir um bom desempenho nas escolas.

Por fim, Grin, Demarco e Abrucio (2021) abordam a política de segurança pública que apesar dos avanços promovidos pela coordenação federal, a falta de capacidade municipal e principalmente em termos de gestão e recursos, compromete a eficácia de políticas voltadas à resolução de problemas sociais. Essas políticas, quando bem implementadas e coordenadas, podem transformar significativamente a realidade local, proporcionando melhores condições

de vida e acesso aos direitos básicos da população.

Segundo Souza e Grin (2021), as políticas de bem-estar social, são caracterizadas por um processo de planejamento grande a nível municipal, significando que a um esforço significativo por parte dos governos locais, para organizar e implementar essas políticas.

As políticas de bem-estar social, que possuem um expressivo processo de planejamento municipal, nas demais os números são menores. Áreas como habitação e resíduos sólidos ainda possuem um bom desempenho, o que também deve estar associado com estímulos federais por meio, respectivamente, do Programa Minha Casa Minha Vida no primeiro caso e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos no segundo caso. A mesma razão serve para compreender os resultados da educação, uma vez que existe legislação federal que exige que sejam elaborados planos municipais. (SOUZA; GRIN; 2021, p.114 -115).

Com isso a análise mostra como o planejamento municipal, alinhado e estimulado a exigências do governo federal, pode desempenhar um papel central na eficácia de políticas em diferentes áreas. Isso é, enquanto o esforço local em organizar a implementação da política, o apoio do governo federal por meio de projetos, como foram citados, reforça a capacitação dos municípios em atingir melhor resultados.

A partir disso, a gestão pública municipal fortalecida pela Constituição Federal de 1988, desempenha um papel especial no atendimento das demandas locais, assegurando a implementação de políticas públicas de qualidade, focando na inclusão e assistência social, promovendo o desenvolvimento local e sustentável nos municípios assim garantindo os direitos da população.

Com isso, o desenvolvimento local busca melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais do município, para isso considera políticas que atendam as potencialidades e necessidades das sociedades como moradia, saúde, educação e segurança, Grin (2021) enfatiza que esse processo de mobilizado pela gestão local, acaba o fortalecimento da capacidade administrativa dos municípios, ampliando a participação de atores envolvidos e organizações da sociedade civil, garantindo o crescimento econômico de forma sustentável.

As políticas de assistência social garantem o bem-estar social e desempenham um papel essencial na promoção de direitos e na redução das vulnerabilidades da sociedade, esse processo é caracterizado por um esforço de pesquisa e planejamento de vários níveis municipais, como apontado por Grin (2021).

Esses esforços são potencializados pelo apoio Federal, que oferecem as diretrizes e os programas que ampliam a capacidade dos municípios em garantir a implementação mais eficazes dessas ações, além disso, a assistência social, regulamentada pela lei Orgânica de Assistência Social, se destaca como um programa de inclusão social essencial, com articulações

voltadas a determinados grupos vulneráveis, assegurando os direitos universais, a cidadania e transparência. Dessa forma a combinação entre o planejamento local e o suporte federal é essencial para integrar e promover os programas e ações que beneficiam o bem-estar social, garantindo a igualdade de acesso a esses serviços.

Diante disso o desenvolvimento local garante o crescimento econômico, social e ambiental da comunidade, geralmente a nível municipal ou regional, este processo visa melhorar a qualidade de vida dos residentes, promover a inclusão social, elaborando projetos e ações voltados a reduzir a desigualdade social e garantir a sustentabilidade ambiental. A Lei nº 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, promulgada em 2001, que foi um marco legislativo fundamental para orientar o desenvolvimento urbano no Brasil, enfatizando a função social da propriedade e o direito à cidade (BRASIL, 2001).

Desse modo as principais diretrizes das políticas urbanas estabelecidas pela lei do Estatuto da cidade, reforçam sua importância na inclusão social e da sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento local, entre seus principais aspectos a regulamentação fundiária, o uso responsável do solo urbano e a preservação ambiental se destacam, além de implementar políticas habitacionais para populações de baixa renda.

Em relação ao desenvolvimento, a lei fortalece o papel dos municípios na elaboração e implementação de políticas públicas que respondam às demandas locais. Proporciona ferramentas para combater problemas urbanos como falta de moradia, congestionamento de tráfego, degradação ambiental e exclusão social. Além disso, promove a criação de espaços públicos de qualidade, o desenvolvimento econômico local e a geração de empregos, contribuindo para um crescimento sustentável.

Dessa maneira, a partir da constituição cidadã a gestão municipal desempenhou um papel importante para implantação de políticas públicas com o objetivo de garantir o bem-estar social e proporcionar o crescimento sustentável, a partir disso como o apoio do governo Federal oferecendo as diretrizes e regulamentações para a eficiência desses projetos de diminuição da vulnerabilidade social. Com isso o Estatuto da Cidade definiu os princípios e objetivos para o planejamento urbano no Brasil, reforçando desenvolvimento local como uma abordagem integrada e participativa.

Garantindo que o crescimento urbano beneficie toda a população, especialmente aqueles historicamente marginalizados ou excluídos dos processos decisórios urbanos, além reconhece que desenvolvimento que vai além do crescimento econômico, integrando inovações e expandindo o acesso a oportunidades de qualidade de vida para a sociedade.

## 1.2 Capacidades governativas

A partir da Constituição Federal de 1988, vários municípios brasileiros passaram por transformações significativas nos últimos anos. Um fator chave nesse processo foi o aumento da responsabilidade e autonomia administrativa dos municípios, que se tornaram unidades federativas, direcionando a implementação de políticas públicas, especialmente aquelas que beneficiam o bem-estar social.

Assim a capacidade estatal são um conjunto de habilidades, recursos e competências que um estado possui para formular, implementar e coordenar as políticas públicas. Grin, Demarco e Abrucio (2021) destacam, que no contexto dos governos municipais brasileiros devido a Constituição de 1988, e avaliada em função das metas das organizações públicas.

A unidade de análise são os governos municipais brasileiros e suas capacidades estatais são abordadas considerando a especificação das funções que foram designadas para este nível de governo no redesenho federativo iniciado após 1988. Capacidade estatal não pode ser analisada de forma abstrata, mas sim em relação aos fins e metas que a organização analisada deve cumprir. Nesse sentido, a análise empírica se desdobra em áreas de políticas públicas sobre as quais os municípios possuem responsabilidades na sua implementação, gestão ou formulação. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.44).

Com isso, as políticas públicas municipais têm uma maior responsabilidade especialmente em setores básicos dos governos locais.

A capacidade estatal é compreendida como o conjunto de recursos e habilidades administrativas, utilizados para superar as restrições do ambiente governamental e societal, visando alcançar metas políticas e de políticas públicas, gerar valor social e fornecer bens públicos (Completa, 2017 e Weiss, 1998, apud Grin; Demarco; Abrucio, 2021, p. 44-45), isso demonstrando o trabalho que os governos municipais têm para alcançar as prioridades públicas e aumentar a eficiência na administração das políticas públicas.

A capacidade estatal, e um fenômeno essencial para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento local, que abrangem aspectos técnico-administrativos e políticos. Demarco e Abrucio (2021) se aprofundam nessas discussões, apresentando um modelo analítico que reúne a capacidade burocrática do Estado e sua imersão social.

A capacidade do Estado se manifesta por meio de sua dimensão técnico-administrativa e sua dimensão política apoiadas em órgãos de governo que atuam de forma coordenada, utilizam instrumentos e tecnologias e estabelecem vínculos com setores não estatais para ampliar sua capacidade de ação da sociedade. Trata-se de unificar em um modelo analítico capacidade burocrática com imersão estatal na relação com os atores sociais. Não só os recursos organizacionais são importantes, mas também a perspectiva toqueviliana onde o Estado, por meio de suas configurações organizacionais e outros padrões de atividade, afeta a cultura política e

estimula a formação de ações políticas com impactos coletivos. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.47).

Nessa análise feita por Grin, Demarco e Abrucio (2021), ressalta que o Estado para ser eficaz precisa combinar a competência de técnicas com a capacidade de conectar os diferentes atores sociais, além de evidenciar o impacto da atuação, não apenas na implementação de políticas, mas na formação de uma cultura de participação política, capaz de estimular as ações coletivas para o bem-estar social. Com esse modelo se alinha a ideia do desenvolvimento local não ser apenas uma função governamental, mas uma integração entre governo e sociedade.

Assim Grin, Demarco e Abrucio, (2021), abordam que para a eficiência do Estado o desenvolvimento local depende da habilidade de equilibrar a técnica com o diálogo e cooperação social. Com essa integração do governo e sociedade, cria-se um vínculo, que as políticas públicas serão moldadas para as necessidades da população, ao mesmo tempo que fortalece a cidadania e união social. No entanto, para seja efetivo e fundamental superar os desafios como a desigualdade na participação e resistência na inovação na gestão pública. Dessa forma, o Estado não só implementaria políticas, mas atuaria como um catalizador de mudanças que promove o desenvolvimento sustentável, inclusivo e na responsabilidade de diferentes atores sociais.

Outra abordagem seria a implementação eficaz de políticas públicas não depende de sua formulação, mas também de uma base institucional que sustenta sua execução. O fortalecimento da infraestrutura institucional e das capacidades administrativas do Estado é um elemento crucial para transformar objetivos em resultados, com desataca Grin, Demarco e Abrucio, (2021).

A implementação de políticas públicas precisa ser precedida pelo desenvolvimento e fortalecimento da infraestrutura institucional. Seguindo essa perspectiva, se a organização administrativa do Estado busca aumentar sua eficiência, analisar como e quais recursos podem ser desenvolvidos se torna uma questão vital, já que estes afetam as estruturas que orbitam em torno de políticas, especialmente aquelas orientadas pelo reforço das capacidades burocráticas essa é uma afirmação lógica, mas para atingir os objetivos traçados pelas políticas públicas recursos são necessários e os governos que forem mais capazes de obtê-los terão mais sucesso em alcançar seus objetivos de geração de valor social. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.50 - 51).

A ótica de Grin, Demarco e Abrucio (2021), evidencia que o sucesso das políticas públicas está ligado a capacidade do Estado de estruturar sua administração e desenvolver recursos, isso inclui tanto os recursos financeiros quanto humanos e tecnológicos, impactando diretamente a eficiência quanto o alcance das ações governamentais. Além disso, outro ponto seria o desafio central, que é a competição entre os governos para obter e distribuir os recursos,

que coloca em vantagens os que conseguem estruturar a administração a uma lógica eficiente e inovação. Então o fortalecimento da capacidade burocrática não é apenas um requisito operacional, mas uma estratégia para alcançar o desenvolvimento local.

Então, a capacidade de estruturar e inovar a administração pública se torna um indicador crítico para que o Estado não apenas responda as demandas, mas construa uma base sólida para o desenvolvimento, ao priorizar o fortalecimento das capacidades burocráticas e o uso eficiente de recursos, assim os governos podem promover ações que gerem impactos sociais significativos, promovendo o bem-estar coletivo.

As capacidades estatais não só variam para cada país, mas também dentro do território nacional, especialmente em países descentralizados, essa variação implica direto na implementação de políticas públicas, pois governos subnacionais possuem diferentes condições no cumprimento das responsabilidades. Grin, Demarco e Abrucio, (2021), abordam como as capacidades materiais, os efeitos na sociedade e a territorialidade influenciam a ação estatal.

O debate sobre capacidades estatais em governos nacionais usualmente assume que o poder infraestrutural do Estado considera três questões: capacidades materiais, efeitos gerados na sociedade e territorialidade desta abordagem provém o enfoque analítico sobre a variação subnacional das capacidades estatais, dado que o alcance da ação estatal é irregular no território de um país [...]. Sobretudo, em países descentralizados, importa indagar sobre a capacidade dos governos subnacionais de realizar as diferentes tarefas sob a sua responsabilidade. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.53 - 54).

A análise dos autores ressalta que a distribuição desigual das capacidades estatais dentro de um país, apresenta um desafio significativo para os governos subnacionais, essa realidade é particularmente evidente em países descentralizados, onde Estados e municípios enfrentam diferentes condições financeiras, administrativas e políticas para cumprir suas obrigações. Com isso, compreender e reduzir essas desigualdades é fundamental para garantir que as políticas públicas alcancem todas as regiões com qualidade e eficiência. Reforçando o fortalecimento das capacidades estatais, especialmente e territórios menos desenvolvidos, com estratégias de desenvolvimento sustentável, (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021).

Assim Grin, Demarco e Abrucio, (2021), falam que para o desenvolvimento local é fundamental que os governos subnacionais especialmente em regiões menos favorecidas, sejam capacitados de maneira apropriada, não exigindo apenas uma maior distribuição de recursos, mas a implementação de políticas que promovam a melhoria da gestão, da infraestrutura e a participação cidadã.

Segundo Grin, Demarco e Abrucio, (2021), no Brasil o estudo das capacidades estatais é uma área relativamente recente, especialmente nas disciplinas de ciência política e

administrativa pública. A compreensão das dinâmicas locais de governança é crucial para o sucesso das políticas públicas em nível municipal, assim havendo um aumento na produção acadêmica nesse campo de pesquisa.

No Brasil, o campo de estudos sobre capacidades estatais municipais, em especial nas áreas de ciência política e administração pública, é relativamente recente. [...]

Dessa forma, a análise das capacidades estatais municipais permaneceu como um campo pouco abordado, o que resultou na produção de poucos estudos. Contudo, na última década, vem adensando-se esse campo ainda incipiente de pesquisa. Sobretudo, nos últimos cinco anos houve um crescimento significativo na produção acadêmica. (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO, 2021, p.57).

Os autores destaca que, embora o estudo da capacidades estatais municipais no Brasil tenha sido um campo pouco explorado nas ultimas décadas, houve um crescimento significativo nesse campo de pesquisa. Esse avanço é fundamental, pois as capacidades dos governos locais tem um papel crucial, especialmente em um país tão diverso com o Brasil. Com o fortalecimento dessa área de estudo, é possível não apenas entender melhor os desafios específicos enfrentados pelos governos municipais, mais também criar estratégias mais específicas e adequadas as realidades locais, potencializando a eficácia das políticas públicas.

O avanço no estudo das capacidades estatais municipais, é essencial para a construção de uma gestão pública mais eficiente e adaptável para as necessidades locais, aprofundando o entendimento sobre as realidades específicas de cada município. Assim o fortalecimento dessa área de estudo não só melhora a compreensão dos desafios dos governos municipais, mas também oferecendo as ferramentas necessárias para uma implementação mais eficiente das políticas públicas em todo o território nacional.

Assim a capacidade estatal, atuam para cada nivel dos governos brasileiros, como recursos administrativos, técnicos, financeiros e burocráticos, Bertranou (2012), explica que as capacidades estatais não são analisadas de forma abstrata, mas na relação de seus fins e metas que a organização deve cumprir (GRIN; DEMARCO; ABRUCIO , 2021, p.44). Assim o governo utilizando a capacidade estatal, tem as ferramentas necessárias para a implantação de políticas públicas e gerenciar os recursos.

Logo a capacidade governativa, seria a habilidade dos governos em utilizar de maneira eficiente essa ferramentas, como destaca Diniz (1995), que a capacidade governativa é a habilidade do Estado em implementar políticas públicas e alcançar objetivos coletivos. Essa capacidade vai além da simples administração pública eficaz, englobando a capacidade de ação estatal para resolver problemas e atender às necessidades da sociedade.

Santos (2001) comenta que, a implementação eficaz das políticas formuladas depende da mobilização adequada de recursos políticos e financeiros, incluindo a capacidade

administrativa e operacional do governo para implementar as políticas decididas. Dessa forma, a capacidade governativa é fundamental para superar obstáculos e garantir o sucesso das políticas públicas nos municípios.

A governança desempenha um papel central na capacidade governativa, pois envolve o uso estratégico e eficaz das políticas públicas para promover o bem-estar local, ela está diretamente ligada à eficiência na gestão pública, que garantindo a implementação de ações consistentes e sustentáveis que equilibram as políticas econômicas e sociais. Uma governança bem estruturada fortalece a capacidade governativa ao assegurar que os recursos e decisões sejam direcionados para atender às necessidades da população, sempre com foco na transparência, equidade e na geração de resultados concretos.

O termo governança foi adotado e popularizado pelo Banco Mundial, devido a publicação do documento “Governance and Development” em 1992. Assim o Banco Mundial utilizou para destacar a importância de como poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos. Assim ligado a uma boa gestão como pilar do desenvolvimento.

Assim de acordo com Banco Mundial, a boa governança é "sinônimo de gestão de desenvolvimento", considerada "fundamental para criação e manutenção de um ambiente que possa promover um desenvolvimento forte e equitativo", além de auxiliar na construção de "políticas econômicas sólidas" (OLIVEIRA; CARDOSO 2024, p. 201). Esse conceito reforça a importância da governança como pilar para a implementação de políticas públicas que garantam o crescimento sustentável e a justiça social.

A governança vai além da administração do Estado, De Oliveira e Cardoso (2024), falam que é uma visão ampla, que envolve articulação e cooperação entre diversos atores sociais e políticos:

Governança, por sua vez, possui um significado de maior amplitude, referindo-se aos “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”<sup>8</sup>, o que expande a questão para além das raias estatais e inclui o envolvimento do próprio Estado com a sociedade que o cerca. (OLIVEIRA; CARDOSO, 2024, p.202)

Assim para Oliveira e Cardoso (2024) a governança, portanto, não se limita apenas na administração pública, mas abrange um processo complexo de interação e colaboração entre os atores sociais e políticos, assim a governança exige um esforço conjunto entre sociedade e instituições para se alcançar um modelo de gestão que atende de forma equilibrada, nesse contexto, a capacidade governativa se torna uma ferramenta essencial, fornecendo a base institucional e organizacional necessária para a implementação de políticas públicas que

promovam o desenvolvimento sustentável.

Assim, a interação entre a capacidade estatal e a governança é crucial para assegurar a eficiência administrativa, a transparência e a inclusão, promovendo um ambiente no qual as decisões sejam tomadas de forma participativa e equitativa, atendendo às demandas da população de maneira justa e eficaz.

De acordo com Jardim (2000), a capacidade governativa a partir das tentativas de reforma do Estado em diversos países, destaca ações bem-sucedidas ou fracassadas, ele apresenta um análise das dificuldades e desafios enfrentados pelos governos, que se manifestam em vários aspectos.

O primeiro seria, a inadequação do papel do estado e do desenho do setor público, que se refere ao fato de mudanças constantes calçadas pela globalização, desenvolvimento tecnológico e reestruturação produtiva, os estados não conseguem se adaptar de maneira eficiente a novos desafios (JARDIM, 2000).

O segundo, é a Crise Fiscal, que é um do problema mais recorrentes, que resulta em déficit públicos, dívidas extremas e desempenho insatisfeito de empresas públicas, essa dificuldades do estado acabam prejudicando a capacidade governativa (JARDIM, 2000).

O próximo, são os padrões de demanda mais exigentes por partes dos cidadãos, que estão cada vez mais exigentes a serviços e políticas públicas, essa demanda exige que os governos sejam mais eficientes para atender as necessidades (JARDIM, 2000).

Em seguida, seria o efeito perverso da ação do Estado, que seria os usos de bens públicos para benéfico privado, o clientelismo e a corrupção, esses problemas dificultam a eficiência da governança, esses fatores geram distorções na administração pública prejudicando a implementação de políticas públicas que atendam as reais necessidades da população (JARDIM, 2000).

O próximo, é a esfera pública além do Estado, que seria o reconhecimento da limitação do Estado, refletindo a importância da sociedade civil nas ações públicas, esse envolvimento se mostrou fundamental para complementar a ação do governo na promoção da gestão mais participativa e democrática. (JARDIM, 2000).

E por fim, a provisão inadequada de serviços pelo sistema de proteção social, que a incapacidade do Estado em fornecer os serviços adequados a todos os segmentos da população, como na área da saúde e educação, assim gerando escusação social e desigualdade.

Com isso a análise feita por Jardim (2000) apresenta, que a capacidade governativa está diretamente ligada à habilidade do Estado em enfrentar os desafios impostos por constante

transformação. Os aspectos identificados, desde a inadequação do papel estatal, o impacto da crise fiscal até as demandas dos cidadãos e os efeitos perversos da corrupção, mostram a complexidade da governança moderna.

Além disso, Jardim (2000) mostra que o papel central da questão informacional, quando ineficiente, pode não apenas limitar o alcance da governança, mas também criar espaços que favorecem a corrupção e a desvantagem dos serviços públicos. Com isso, fica claro que a melhoria da capacidade governativa exige não apenas a adaptação do Estado, mas também o fortalecimento de práticas informacionais e parcerias com a sociedade civil para promover políticas públicas que sejam eficazes, equitativas e sustentáveis.

Outra ferramenta importante na relação de capacidade governativa e informação, destacada por Jardim (2000), seria o governo eletrônico o “e-government”, o autor destaca que é uma estratégia crescente, principalmente em alguns países desenvolvidos. Isso seria o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelo estado pra melhorar a prestação de serviços públicos, melhorando a transparência das informações governamentais.

Com essa ferramenta e-government, a população tem acesso mais fácil e rápido às informações e aos serviços públicos, além disso, a qualidade desses serviços pode ser aprimorada, tornando-os mais eficientes. O uso dessa tecnologia também permite ampliar a participação democrática, criando oportunidades para que a população se envolva de forma mais ativa em processos decisórios, monitoramento de ações governamentais e consultas públicas.

Nharreluga (2009), reforça a ideia do governo eletrônico como uma estratégia estatal que melhora o acesso à informações aos serviços governamentais, enfatizando a conexão de ofertas de serviços e os mecanismos de participação e interação social:

A noção de e-gov, ao expressar uma estratégia estatal em torno da oferta de melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais e o nexos desta oferta com os mecanismos de participação e interação social, ressalta um grau de capacidade governativa do Estado, enfatizando, ainda, a mediação da informação entre os diferentes agentes sociais envolvidos na referida estratégia. Sendo assim, vislumbra na perspectiva do e-gov, uma dimensão envolvendo a relação capacidade governativa e informação. Esta dimensão pode inscrever-se no domínio de estruturas e políticas de informação, bem como das condições que definem a governança informacional. (NHARRELUGA, 2009, p. 153)

Assim para Nharreluga (2009), o e-gov não apenas aprimora a eficiência na prestação de serviços públicos, mas fortalece a relação entre capacidade governativa e a informação. Ao interligar tecnologias, participação social e acesso à informação, consolidando um elemento chave para a promoção de um Estado transparente, justo e que atenda às necessidades sociais.

Dessa forma capacidade estatal exerce um papel essencial para o fortalecimento da capacidade governativa nos governos municipais, concedendo as ferramentas necessárias como por exemplo, recursos técnicos e administrativos, possibilitando a implementação e mantendo políticas públicas locais de maneira eficiente, mesmo que diante das dificuldades específicas enfrentadas por cada município, dado que capacidade governativa e a habilidade de definir os objetivos claros fornecendo a estratégia necessária para resolução dos problemas sociais, garantindo o desenvolvimento.

A integração do conceito de capacidade governativa como descrito por Diniz (1995), oferece uma base teórica para compreender como os governos municipais podem promover o desenvolvimento local e superar desafios estruturais, Santos (2001) destaca e reforça a ideia que, a capacidade vai além da gestão administrativa eficiente, englobando a mobilização estratégica de recursos políticos e financeiros, além da atuação operacional, são essenciais elementos fundamentais para atender às demandas da população, garantindo o sucesso das políticas públicas.

No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 ampliou a autonomia municipal, proporcionando a oportunidade de um protagonismo maior para os municípios na execução de políticas públicas, no entanto descentralização mostrou também as desigualdades regionais e institucionais, evidenciando a necessidade de fortalecer a capacidade governativa em regiões menos favorecidas do país. O fortalecimento dessa capacidade não apenas equilibra o acesso a serviços públicos essenciais, mas também estimula o equilíbrio territorial, gerando desenvolvimento mais justo.

A governança moderna também é um fator importante que exige uma integração cada vez maior entre Estado, sociedade e tecnologia, a implementação de estratégias como o governo eletrônico (e-gov) exemplifica esse avanço, promovendo maior transparência, eficiência na prestação de serviços e oportunidades para participação social nos processos decisórios, como destacado por Nharreluga (2009). Nesse sentido, a capacidade governativa não apenas se limita à administração pública tradicional, mas se torna um pilar estratégico para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação, marcada pelo processo de globalização e avanço tecnológico.

Portanto, o fortalecimento da capacidade governativa alinhado a uma governança participativa e inovadora é indispensável nos governos locais, destacando seu combate aos desafios contemporâneos e o alcance do desenvolvimento sustentável, essa construção exige investimentos contínuos em infraestrutura institucional, inovação administrativa e

fortalecimento da cidadania. Dessa forma políticas públicas se tornam não apenas instrumentos de gestão, mas também catalisadores da transformação social, promovendo inclusão, equidade e justiça social em todo o território nacional.

## CAPITULO 2 – FORMAÇÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONAL MUNICIPAL EM ORIXIMINÁ– PARÁ.

### 2. 1. Formação histórica em Oriximiná – Pará

O município de Oriximiná-Pará fica localizado as margens do rio Trombetas na zona fisiológica do baixo amazonas, o município possui uma história rica e significativa de origem. Sua fundação está diretamente ligada às expedições feitas pelo padre José Nicolino de Souza, o padre nasceu na vila Faro no dia 10 de agosto de 1836, sendo filho de uma índia e descendente de tribos poderosas do Vale Trombetas, quando mais velho estudou no colégio São José em Óbidos, que ensinava meninos pobres da região. (SANTO ANTÔNIO, 2014).

De acordo com Ferreira (1957), em junho de 1877, José se aventurou-se pelas terras do baixo amazonas com o objetivo de pregar o Evangelho e explorar os grandes mocambos habitados por negros escravizados fugitivos, provavelmente oriundos de Gurupá e do Xingu (Figura 1).

**Figura 1-** Retrato de José Nicolino de Souza, na igreja matriz de Oriximiná, Pará. Autoria e data desconhecidas.



**Fonte -** Márcio Couto Henrique

No dia 12 de junho de 1877, o padre chegou a margem esquerda do rio Trombetas, em frente a foz do rio Nhamundá, encontrando ali um povoado em formação, com poucos moradores, entre os quais o comerciante Carlos Maia Teixeira, portugueses que chegaram por volta de 1872 e agenciavam a compra de produtos nativos. Com a ajuda dos moradores do povoado, o padre Nicolino limpou o terreno para a construção de uma capela e marcando simbolicamente o local com uma cruz que ele mesmo fez questão de levantar, local hoje que se

localiza a Escola Lameira Betencourt. Na manhã de domingo do dia 13 de junho de 1877, o padre Nicolino celebrou uma missa de ação de graças sendo o dia consagrado de Santo Antônio, aos pés daquela cruz o padre batizou o lugar com o nome de Santo Antônio do Uruã-Tapera ou ou Mura-Tapera. (FLORENZANO, 2013).

Alguns dias depois o padre com ajuda de alguns moradores da localidade que decidiram o segui-lo a subir a rio Trombetas, seguindo o caminho estabelecido pelos missionários da Companhia de Jesus, até encontrar a cachoeira da pancada, daí em diante seguiu o rio, chegando ao igarapé de Santa Luzia, indo mais para cima depois da cachoeira do Mel, encontrou o Mocambo de Torino, no primeiro contato o negros falaram ao padre que tinham relações de amizade com os índios Pianacotos, que eram habitantes da região e que já haviam feito exceções pela floresta, atravessando os campos gerais até chegar na vertente meridional do Tumucumaque, onde eles costumavam ir para fazer negócios com os holandeses do Suriname. Com isso o padre prosseguiu com sua caminhada agora acompanhado por guias do mocambo até chegar finalmente aos campos gerais. (FLORENZANO, 2013).

Anos depois o padre durante uma expedição, se sentiu mal e a vigem foi interrompida e alguns dias depois no dia 12 de outubro de 1882, após muita febre e tremores o padre José Nicolino de Souza faleceu, após ser enterrado no local de sua morte seu corpo foi transferido para o povoado de Santo Antônio do Uruã-Tapera, onde foi sepultado na capelinha, alguns anos depois foi conduzido para a Igreja Matriz de Santo Antônio, onde está até hoje.

**Figura 2** - Igreja Matriz de Santo Antônio em Oriximiná.



**Fonte** - Paróquia de Santo Antônio de Oriximiná, 2024

(FLORENZANO, 2013).

Anos depois de sua fundação o povoado passou por evoluções significativas, tanto

Fonte – Wikipédia, 2024



**Figura 3 - Magalhães Barata.**

que pelo Dr. Joaquin da Costa Barradas, que na época era presidente da província do Pará e desembargador do Maranhão, com a Lei nº 1.288, de 11 de dezembro de 1886, o povoado foi elevado para categoria de Freguesia (filho da igreja) de Santo Antônio do Uruã-Tapera. Não se tem informações da vida da freguesia, da época de sua criação a 9 de junho de 1894, quando o governador do Estado do Pará, Dr. Lauro Sodré, a elevou a categoria de vila já como o nome de Oriximiná, assim criando o município com o mesmo nome, que começou oficialmente no dia 5 de dezembro do mesmo ano, nomeado como primeiro prefeito o Sr. Pedro Cardoso de Oliveira (IBGE, 1957).

Em 3 de abril de 1900, a Lei nº 729, no governo do Dr. Pães de Carvalho, por motivos políticos o município foi dividido entre os municípios de Faro e Óbidos [...]. Após seu anexo ao município de Óbidos, Oriximiná sofreu no quesito de desenvolvimento até a revolução de 1930, com a vitoriosa revolução de 1930 alguns políticos da nova geração, procuravam restabelecer o município, expondo para o interventor federal do Estado, relatórios estatísticos, as possibilidades econômicas da região, assim o Interventor Magalhaes Barata com a Lei nº 1.442, de 24 de dezembro de 1934, restabeleceu a dignidade de município fundado pelo padre José Nicolino de Souza, nomeando como primeiro prefeito o Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro, que já ocupava o cargo de Subprefeito desde 4 de junho de 1933, (IBGE, 1957).

A origem do nome Oriximiná é indígena, de procedência Tupi que tem o significado

de “o macho da abelha”, o zangão, Frei Protásio Frinckel um conhecedor da região e de seus núcleos de povos indígenas primitivos, opta por “Eruzu-M’Na”, que significa muitas praias.

**Figura 4** – Vista Parcial da cidade.



**Fonte** - IBGE, 1957.

A formação dos quilombos de Oriximiná foi uma época importante para o município, por volta de 1815, quando escravos fugitivos das lavouras de cacau e de fazendas de gado na região do bixo Amazonas, se refugiaram em comunidades indígenas da região, os quilombos se estabeleceram em inúmeros povoados ao longo do rio Trombetas e do Erepecurú, seus primeiros assentamentos foram acima das cachoeiras, nas “águas bravas”, sua localidade era chamada de mocambos seus moradores se chamavam de mocambeiros. Para eles a floresta tem um grande significado, como liberdade e suporte para a vida. (WIKIPÉDIA, 2024)

No final do século XIX e início do século XX, os quilombos desceram das cachoeiras para se restabelecer próximo a cidade para a realização de transições comerciais. As terras baixas e médias do rio Trombetas naquele período, estavam sendo adquiridas por colonizadores, que estavam interlaçados por produtos florestais, como madeira e a castanha do Brasil. Assim desde então conflitos pela terra das comunidades quilombolas remanescentes da região, que chegou a abrigar o que foi considerado o Quilombo dos Palmares da Amazônia. (WIKIPÉDIA, 2024)

Porém as disputas por terras dos quilombolas e indígenas devidos aos avanços da mineração na região amazônica, aumenta a vulnerabilidade e várias ameaças, como invasões, exploração mineral construções de hidrelétricas. Desde 1989 a comissão pró-Índio, de São Paulo (CPI-SP) atua na luta de garantir os direitos dos indígenas e quilombolas em Oriximiná, (CPI-SP, 2020).

Com isso o município de Oriximiná tem uma trajetória histórica profundamente rica, desde sua fundação feita pelo padre José Nicolino de Souza, e suas inúmeras transformações

ao decorrer dos anos, mostrando sua trajetória histórica de desenvolvimento. Hoje o município possui uma população de 68.294 pessoas, de acordo com o Censo de 2022, que representa um aumento de 8,76% em relação ao ano de 2010, (G1, 2022), e caracterizado pela sua diversidade cultural e presença significativa das comunidades indígenas e quilombolas, a prática econômica predominante na região e a extração de minério, sendo um dos maiores municípios produtores de bauxita no Brasil, (WIKIPÉDIA, 2024).

Embora tenha sua riqueza cultural e natural, o município enfrenta diversos desafios significativos em relação a exploração mineral e pressões no território de indígenas e quilombolas, por conta de ocupações desordenadas e projetos de infraestrutura, (CPI-SP, 2020). Por essa razão, deve-se combater e garantir esses direitos, contudo, isso não oculta o quão interessante é a história do município de Oriximiná.

## **2.2. Formação institucional municipal em Oriximiná - Pará**

A formação institucional dos municípios brasileiros, foi um processo histórico de grande relevância para a organização da política e administração do Estado, desse o surgimento dos primeiros núcleos urbanos durante o período colonial a formação atual do governo municipal, os municípios desempenham um papel essencial na gestão e no desenvolvimento da comunidade. Inicialmente foram estruturados como vila subordinadas pela coroa portuguesa, dessa forma, foram moldados por dinâmicas de descentralização ao longo dos séculos, (COSTA, 2022).

Com a proclamação da república e a constituição de 1988, os municípios alcançaram o status de entes federativos, adquirindo autonomia política, administrativa e financeira, com esse reconhecimento os municípios garantiram um marco na descentralização do poder, destacando a importância da gestão local para a promoção de bem-estar local, (COSTA, 2022).

No município de Oriximiná antes da colonização feita pelo padre José Nicolino, a mais de 150 anos, viviam povos indígenas e quilombolas na região, da época dos negros fugitivos da escravidão das fazendas de cacau da região, até que chegassem nas terras habitadas pelos indígenas, onde se instalaram e fundaram seus quilombos. Após isso no ano 1877 nas explorações feitas pelo padre José Nicolino ao longo do rio Trombetas, encontrou nas suas margens o povoado de Uruã-Tapera ou Mura-Tapera, após os moradores do povoado recebe um termo para construção de uma capela onde o padre celebrou uma missa e batizando o local

de Santo Antônio do Uruã-Tapera ou Mura-Tapera (ORIXIMINÁ, 2024).

Após sua fundação através da Lei nº 1.288, de 11 de dezembro de 1886, a vila foi elevada à categoria de freguesia, com o nome Santo Antônio do Uruã-Tapera, pelo Joaquim da Costa Barradas, que era o presidente da província do Grão-Pará na época. Oito anos depois foi elevado à categoria de vila com a denominação Oriximiná, sancionada pela lei nº 174, de 9 de junho de 1894, e foi oficializado em 5 de dezembro do mesmo ano com a eleição de seu primeiro prefeito o Intendente Pedro Castro de Oliveira (ORIXIMINÁ, 2024).

Alguns anos depois por desentendimentos políticos, o município foi extinto e anexado por Óbidos, pela lei nº 729 de 3 de abril de 1900, o que provocou uma desaceleração no seu desenvolvimento, pois somente na ditadura militar com o decreto de nº 1.442, de 24 de dezembro de 1934, foi finalmente elevando a categoria de município, com a restauração da emancipação e a denominação de Oriximiná, nomeando o Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro como prefeito, (ORIXIMINÁ, 2024).

Após a exoneração do Sr. Helvécio Imbiriba Guerreiro, o Sr. João Imbiriba Guerreiro o substituiu no cargo em 8 de agosto de 1935, assim João permaneceu à frente da administração até 12 de fevereiro de 1936, quando Helvécio Imbiriba Guerreiro reassumiu o cargo, desta vez como prefeito constitucional, eleito no pleito de 30 de novembro de 1935, quando também foi eleita a primeira câmara municipal após a reinstalação do município, assim a câmara foi composta por oito vereadores: Martinho de Figueiredo Tavares, José Gabriel Guerreiro Júnior, Antônio Bentes de Oliveira Guimarães, Manoel Rosalina da Silva, Tomaz Evangelista da Silva, Artur de Oliveira Andrade, Francisco Antônio Coiores e Joveniano Ferreira de Barros. Esse marco simboliza o restabelecimento da autonomia política e administrativa de Oriximiná em um momento crucial de sua história, (IBGE, 1957).

Com o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, o município não teve seu progresso interrompido, o interventor José Careiro da Gama Malcher manteve o prefeito Helvécio Imbiriba Guerreiro, nomeando oficialmente para continuar no cargo (IBGE, 1957).

Durante a liderança do prefeito Helvécio Guerreiro, o período de 12 de fevereiro de 1936 a 11 de março de 1943, o município passou por transformações significativas, com melhorias nos serviços básico com luz elétrica, grupos escolares e etc. essas ações marcaram um período de crescimento e modernização em Oriximiná. Entre 11 de março de 1943 a 11 de março de 1947, o município de Oriximiná foi governando por José Gabriel Guerreiro Júnior, que foi nomeando para cargo pelo interventor Magalhaes Barata, após esse período, o cargo foi assumido por Acioli Ramos, que assumiu a prefeitura em 11 de março de 1947, que foi nomeado

pelo interventor substituto o Sr. José Gabriel Guerreiro (IBGE, 1957).

De 29 de fevereiro de 1948 a 31 de março de 1951, o Sr, Guilherme Imbiriba Guerreiro assumiu o cargo de prefeito, a câmara municipal nesse período era constituída pelos senhores José Neves Acioli Ramos que foi eleito como vice-prefeito, José Gabriel Guerreiro, Carlos Caldeiraro, Raimundo Tavares Gomes e Joveniano Ferreira de Barros (IBGE, 1957).

No dia 31 de março de 1951, Antônio Marchado Imbiriba assumiu o cargo como prefeito, permanecendo até 31 de janeiro de 1954, quando foi sucedido por José Antônio Picanço Diniz Filho, que tomou posse como novo prefeito, dando continuidade ao governo local. Durante esse período, a Câmara Municipal era composta pelos senhores José Gabriel Guerreiro, Eluzio Pessôa de Carvalho, Antônio Joaquim dos Santos, Joveniano Ferreira de Barros e Pedro Tavares de Oliveira (IBGE, 1957).

No ano de 2024, o município de Oriximiná é governado pelo prefeito José Willian Siqueira da Fonseca, tendo como vice-prefeito Argemiro José Bentes Diniz. A cama municipal era composta pelo residente Marcelo Augusto Andrade Sarubbi e a sua vice Joseane de oliveira Seixas, e tendo como primeiro e segundo secretários (as) Deybson Delmar Rasch e Ana Cleyde Tavares Batista Filha (ORIXIMINÀ, 2024).

Os demais vereadores (a) que integram a câmara municipal são: Adeilson da Costa Lopes, Antonio Odinelio Tavares da Silva Junior, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Elizandro Malcher Ferraz, Francisco Azevedo Pereira, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Manoel Lucivaldo Siqueira, Márcio Kellen Soares Canto, Marta Monteiro Godinho, Mauro Luiz de Oliveira Wanzeler, Rafael Luiz Miléo Viana (ORIXIMINÀ, 2024).

Por fim Ferreira (1957) apresenta algumas caracterizas do município de Oriximiná, como o número de habitante no ano de 1950, que era de apenas 12.209 habitantes, sendo 6.167 homens e 6.042 mulheres, no aspecto urbano no mesmo ano o município tinha apenas 2.415 habitantes na área urbana (IBGE, 1957).

Na área médico-sanitária, o atendimento à saúde era extremamente limitado, com apenas um Posto de Higiene vinculado ao Serviço Especial de Saúde Pública. Esse posto, que prestava assistência geral e promovia a higiene materna e infantil, contava com uma estrutura mínima: um único médico e uma visitadora, evidenciando a escassez de recursos e profissionais de saúde na época (IBGE, 1957).

No campo da assistência social foi a fundada no ano de 1954, o Clube das Mães de Oriximiná, que, com 88 associados, buscava atender os mais necessitados por meio de ações solidárias e cooperativas. Essa organização ressalta o papel ativo da sociedade civil em

enfrentar as carências locais (IBGE, 1957).

Já na educação, os dados do Censo de 1950 demonstram um baixo índice de alfabetização. Apenas 30,9% das 10.339 pessoas com 5 anos ou mais sabiam ler e escrever, sendo os homens ligeiramente mais alfabetizados (1.865) do que as mulheres (1.336). Na sede municipal, os índices eram melhores, com 60,6% de alfabetização, mas ainda refletiam desigualdades regionais e de gênero. Esses dados ilustram os desafios educacionais e sociais enfrentados por Oriximiná nesse período, destacando a necessidade de maiores investimentos para promover o desenvolvimento humano e a inclusão social (IBGE, 1957).

Assim dentre as legislações que regulamenta a convivência social no município de Oriximiná, destaca-se a lei Orgânica como a principal instrumento que estabelecem as regras do poder público, um exemplo claro dessa regulamentação está destacado no artigo 6º da organização administrativa que garante a autonomia do município em estabelecer suas próprias leis.

Art. 6º. O Município de Oriximiná, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada pela sua Câmara Municipal. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 11).

Outro ponto a ser abordado sobre a questão da organização administrativa da lei orgânica do município de Oriximiná e o artigo 7º aborda os direitos individuais da população:

Art. 7º. A ação municipal deve desenvolver-se em todo o seu território, sem privilégio de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades setoriais e sociais, promovendo o bem estar geral, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 11).

Na questão do seu poder legislativo, a lei Orgânica do Município de Oriximiná de acordo com o artigo 28º apresenta a composição da câmara municipal:

Art. 28. A Câmara Municipal de Oriximiná, composta de 15 (quinze) Vereadores, representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, pelo voto direto e secreto para um mandato de quatro anos, em eleição realizada na mesma data estabelecida para todo o País, observadas as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal e na legislação eleitoral. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 27).

De acordo com o artigo 139º, da lei orgânica municipal de Oriximiná, são estabelecidas as leis que estabelecerão as metas para os governos municipais, como o plano plurianual, que tem como o objetivo estabelecer diretrizes, metas e objetivos para a administração municipal direta ou indireta, abrangendo programa de manutenção e expansão das ações do governo (ORIXIMINÁ, 2022). Outras leis que é apresenta é a lei de diretrizes orçamentárias, que aprimora as metas da administração, orienta a elaboração da lei

orçamentária anual, projeta as despesas de capital do exercício financeiro e dentre outras competências (ORIXIMINÁ, 2022). E por fim a lei orçamentária anual, que é dividida entre o orçamento fiscal, que seria o poder municipal e órgão, o Orçamento de investimento que são as empresas do município e o Orçamento da seguridade social como a saúde e a assistência social, (ORIXIMINÁ, 2022). Com isso essas três leis são fundamentais para o município.

O artigo 159º da lei orgânica apresenta a política urbana, que garante o desenvolvimento urbano conforme as diretrizes do plano diretor municipal, assim garantindo melhorias nas condições do desenvolvimento sustentável e bem-estar em Oriximiná (ORIXIMINÁ, 2022)

A lei Orgânica também destaca as ordens municipais como a lei de disposição geral, que de acordo com o artigo 169º garante os direitos básicos dos cidadãos no município:

Art. 169. O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade, tem o dever de assegurar a todos, os direitos à educação, à saúde, à alimentação, à cultura, à capacitação ao trabalho, à assistência social, à segurança pública, o lazer, ao desporto e ao meio ambiente equilibrado, priorizando a pessoa humana. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 119).

Em seguida destaca-se a disposição da saúde, que garante que todos do município tem direito a políticas sociais de saúde, como destaca o artigo 170º.

Art. 170. A saúde é direito de todos e dever do Município, garantido mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem à redução, à prevenção e à eliminação do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 119)

Na seção três da lei orgânica aborda as competências de ação social, como a assistência social a família, criança ao adolescente, ao deficiente e ao idoso, como é destacado no artigo 177º da lei. Outra questão seria as ações governamentais de assistência social de responsabilidade do município, que é abordado pelo artigo 178º.

Art. 178. As ações governamentais de assistência social serão descentralizadas, cabendo à União a coordenação e as normas gerais e ao Estado e Município a coordenação e execução dos respectivos programas com participação das entidades beneficentes de assistência social e das comunidades. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 125).

Outra prioridade que o município deve implementar de acordo com a lei Orgânica, seria o direito a educação escolar de qualidade, como é destacado no artigo 196.

Art. 196. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, terá prioridade no ensino fundamental e educação infantil, inspirada nos princípios da liberdade, nos ideais de solidariedade humana, gestão democrática e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (ORIXIMINÁ, 2022, p. 129)

Em relação a cultura do município, a lei Orgânica destaca que de acordo com o artigo 204º, que o município deve promover e garantir o direito a cultura municipal, além disso a valorização e preservação da integridade cultural de Oriximiná (ORIXIMINÁ, 2022).

E por fim a garantia do desporto e lazer no município, pois de acordo com artigo 212º da lei Orgânica.

Art. 212. O Município apoiará e incentivará as práticas esportivas, como direito de todos, em caráter amadorístico, oferecendo equipamentos esportivos, instrução e treinamento por profissionais habilitados e promovendo a participação de atletas e esportistas em competição dentro e fora do Município. (ORIXIMINÁ, 2022, p.136).

De acordo com a análise feita do Perfil Econômico Vocacional do município de Oriximiná feito pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), no ano de 2023, que tem como objetivo difundir e apresentar a potencialidade dos municípios do Estado do Pará, proporcionado para poder público, ao setor privado e aos cidadãos, um maior conhecimento da potencialidade da economia dos seus municípios.

Em relação a sua dimensão territorial, o município de Oriximiná faz parte da região do baixo Amazonas, conforme a divisão geográfica regional estabelecida pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), localizada na região geográfica intermediária de Santarém e na região imediata de Oriximiná, suas coordenadas geográficas são Latitude 1º 45' 36" Sul e longitude 55º 51' 45" Oeste. O município faz fronteira ao norte com os países Guiana e Suriname, e o municípios de Óbidos ao leste, Terra Santa e Juruti ao sul, Faro e o Estado de Roraima ao Oeste. A dimensão territorial do município de Oriximiná é de 107.613,838 km<sup>2</sup>, que corresponde a 8,6% da área do território paraense e a 34% da região de integração do Baixo Amazonas, como mostra a figura abaixo. (FAPESPA, 2023).

**Figura 5:** Mapa do município de Oriximiná-Pará.



Fonte - Agência Pará – 2017.

No ano de 1970, no município de Oriximiná ocorreu inúmeras transformações, por conta da descoberta de sua reserva mineral, principalmente em bauxita, com isso o projeto Trombetas foi implementado na região, que incluiu a construção de ferrovias, rodovias, um porto e a criação da vila de Porto Trombetas, dessa forma, a elaboração do plano de construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Ponteira era cogitado, porém o projeto nunca saiu do papel. (WIKIPÉDIA, 2024)

**Figura 6 - Porto Trombetas**



**Fonte:** Wikipedia, 2024

Nesse período as rodovias BR-163, BR-210 a PA-254 foram abertas, para conectar Oriximiná com o resto do Brasil, alterando significativamente a paisagem da região, a justificativa foi a política de segurança nacional que foi imposta na época da ditadura militar. (WIKIPÉDIA, 2024)

O município de Oriximiná por ser um dos principais mineradores do país, de acordo com MapBiomias, Oriximiná ocupava o segundo lugar entre os municípios com maior área de mineração industrial, porém, enfrenta diversos desafios minerais da região, como o impacto direto a ocupações quilombolas da região, (REVISTA AMAZÔNIA, 2024).

A mineradora Rio Norte (MRN), é a principal mineradora em Oriximiná, responsável pela extração de bauxita na região desde o ano de 1979, sendo uma sociedade anônima de capital e uma grade corporação mundial. Sendo a maior produtora e exportadora do país, ela é responsável por 40,17% da produção nacional, suas operações incluem, primeiro a mineração, o beneficiamento, transporte de ferrovias, secagem e o embarque de navios, sendo que no ano de 2019, 12,177 milhões de toneladas de minério foram embarcados. (REVISTA AMAZÔNIA, 2024).

Suas disputas são em relação ao uso da floresta, por colocar em oposição

comunidades tradicionais, devido ao forte aumento da extração de matérias-primas, prejudica as florestas que são de extrema importância para a renda e como fonte de alimento aos quilombolas e ribeirinhas. Os quilombos de Boa Vista que se localiza no alto do rio Trombetas, foram os primeiros a sentir os impactos causados pela mineradora, na década de 1970 sofreram com as retiradas forçadas das áreas que eram tradicionalmente usadas (REVISTA AMAZÔNIA, 2024).

Além disso, a mineração casou graves danos socioambientais, como a dificuldade do acesso a água potável, surgimento de doenças e diminuição do pescado, além de mudanças no curso d'água e o baixo nível dos igarapés. Com isso a destruição das florestas gerado pela mineração, prejudica os habitantes de diversas formas, segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais do município de Oriximiná, cometa que a mineração tem levado não apenas a matéria-prima, mas a história de um povo, com o impacto a região sofreu transformações no seu clima e solo (REVISTA AMAZÔNIA, 2024).

As informações do sistema econômico do município de Oriximiná trazidos pela FAPESPA (2023) trazem uma análise dos principais indicadores relevantes, sobre as variáveis de seu: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado dos setores econômicos, Energia, Exportação, Emprego e Investimento. Esses indicadores estão ligados ao objetivo de desenvolvimento Sustentável do município, citando a ODS 1 e 2, que tem o objetivo de pôr fim a pobreza e fome e estimular a agricultura sustentável, e a ODS 8 e 12, com a perspectiva de garantir trabalho docente, crescimento econômico sustentável e modalidades de consumo de produtos sustentáveis (FAPESPA, 2023).

**Figura 7 – Indicador de PIB de Oriximiná.**

Indicador	Média do Pará	RI Baixo Amazonas	Oriximiná
PIB (R\$ Milhões) – 2020	1.500	1.051	2.503
PIB Per capita (R\$ mil/Hab.) – 2020	25	16	34
Atividade Industrial - Consumo de Energia Elétrica da Indústria (Milhões de kwh) – 2021	11	5	1,5
Valor Exportado (Milhões US\$) – 2020	149	54	139,7
Número de Empreendimentos Formais – 2021	467	441	371
Número de Empregos Formais – 2021	8.105	5.772	4.751
Remuneração Média (R\$) do Trabalhador Formal – 2021	2.268	2.438	3.774
Investimentos Privados Previstos para RI do Município até 2030 (R\$ Milhões)	11.904	37.742	-

Fonte: IBGE, RAIS, MDIC, EQUATORIAL e FIEPA

**Fonte – FAPESPA, 2023**

No ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) de Oriximiná que corresponde o valor monetário total de bens e serviços finais produzidos no município, atingiu R\$ 2.503

milhões, superando média regional de R\$ 1.051 milhões e estadual de R\$ 1.500 milhões no mesmo período. O PIB *per capita* de Oriximiná foi de R\$ 34 mil, posicionando-se acima da média do estado do Pará, que era de R\$ 25 mil (FAPESPA, 2023).

No setor industrial, o consumo de energia elétrica pela indústria no ano de 2021 totalizou 1,5 milhões de kWh, explicando a atividade produtiva local, quanto ao comércio exterior, o município registrou exportações no valor de US\$ 139,7 milhões em 2020, demonstrando a relevância econômica de Oriximiná nas relações comerciais internacionais, (FAPESPA, 2023).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego de 2021, o município de Oriximiná contava com 371 empreendimentos formais, que garantiram 4.751 empregos formais, com uma remuneração média de R\$ 3.774 por trabalhador, porém a região onde o município está inserido prevê investimentos privados que totalizam R\$ 37.742 milhões até 2030, sinalizando um cenário promissor de desenvolvimento econômico (FAPESPA, 2023).

Em relação a infraestrutura do município, a análise feita pela FAPESPA, apresenta os indicadores referentes aos aspectos de frota dos veículos e a estrutura de aeroportos locais, e esses indicadores estão ligados aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ODS 9 e 12, que tem perceptiva de modernização da infraestrutura e a promoção do desenvolvimento da indústria, para o alcance da gestão sustentável e o uso correto dos recursos naturais.

O primeiro a ser analisado é a frota de veículos, aparentando que o município de Oriximiná possui 15.560 veículos, principalmente motocicletas, que representam aproximadamente 58% do total existente no município, no ano de 2021, (FAPESPA, 2023):

**Figura 8** – Frota de veículos de Oriximiná.

**Tabela 03: Total de Frotas de Veículos (Licenciados + Não Licenciados) – Oriximiná - 2021**

<b>Indicador</b>	<b>Média do Pará</b>	<b>RI Baixo Amazonas</b>	<b>Oriximiná</b>
Total de Frotas de Veículos (Licenciados + Não Licenciados) - 2021	16.304	141.320	15.560

O próximo a ser analisado é o total de transporte aeroportuários em Oriximiná, que

**Fonte** – FAPESPA, 2023

conta com apenas dois aeroportos na região do território, (FAPESPA, 2023):

**Figura 9 – Aeroportos, aeródromos e heliporto de Oriximiná.**

**Tabela 04: Aeroporto, Aeródromo e Heliporto – Oriximiná – Pará**

Município	Código OACI	Equipamento	Dimensões	Superfície	Nome	Jurisdição
Santarém	SNCJ	Aeródromo	866m x 25m	Piçarra	Piquiatuba	Privado
Santarém	SNSH	Aeródromo	1500m x 30m	Cascalho	São José	Privado
Almeirim	SWIV	Aeródromo	700m x 18m	Piçarra	Águia Branca do Parú	Privado
Juruti	SNRJ	Aeródromo	1050m x 18m	Piçarra	Juruti	Privado
Prainha	SNCB	Aeródromo	970m x 30m	Piçarra	Castanhal	Privado
Santarém	SBSN	Aeródromo	2400m x 45m	Asfalto	Maestro Wilson Fonseca	Público
Oriximiná	SNOX	Aeródromo	1600m x 30m	Asfalto	Oriximiná	Público
Terra Santa	SJTS	Aeródromo	1000m x 23m	Piçarra	Terra Santa	Público
Almeirim	SNYA	Aeródromo	1200m x 30m	Piçarra	Aeródromo Público de Almeirim	Público
Oriximiná	SBTB	Aeródromo	1600m x 30m	Asfalto	Trombetas	Público
Almeirim	SBMD	Aeródromo	1800m x 30m	Asfalto	Monte Dourado	Público
Óbidos	SNTI	Aeródromo	1520m x 30m	Asfalto	Óbidos	Público
Monte Alegre	SNMA	Aeródromo	1425m x 30m	Asfalto	Monte Alegre	Público

Fonte: ANAC

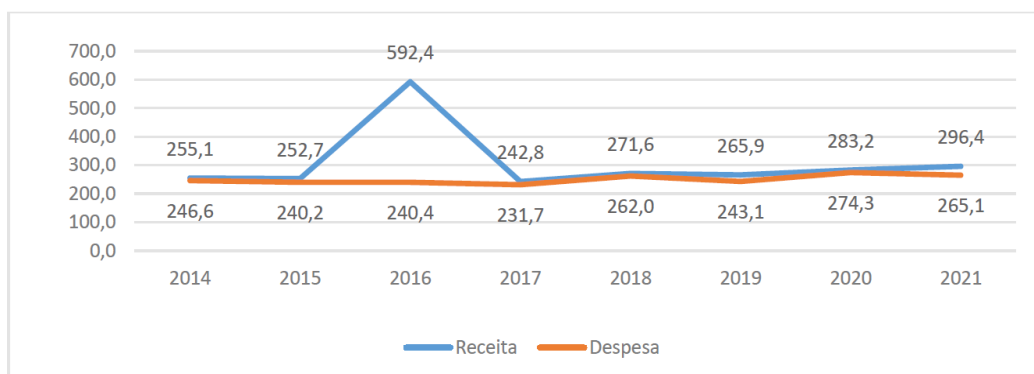
**Fonte – FAPESPA, 2023**

Na gestão pública, a análise feita pela FAPESPA, apresenta as informações de finanças coletado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), refletindo as receitas e despesas, impostos e transferência, o alinhamento dos indicadores com a ODS 17, que trata dos mecanismos para implantação da Agenda 2030: aumento da receita, redução das despesas de custeio e aumento dos investimentos visando ao bem-estar local (FAPESPA, 2023).

De acordo com a análise feita no ano de 2021, o município de Oriximiná registrou uma receita de R\$ 296,4 Milhões e uma despesa de R\$ 265,1 milhões, obtendo um resultado positivo de R\$ 31,4 milhões, isso mostra que entre os anos de 2014 a 2021, o município apresentou um resultado médio de R\$ 57,1 milhões ao ano, como mostra a figura abaixo:

**Figura 10 – Receita e despesa de Oriximiná.**

**Gráfico 01: Receitas e Despesas Oriximiná (2014-2021). Valores (Milhões R\$)**



Fonte: STN.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços de Dez/2021

**Fonte – FAPESPA, 2023**

Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios o FPM, a análise feita pela

FAPESPA, mostrou que em relação aos outros municípios, Oriximiná recebeu um valor de R\$ 41, 3 milhões no ano de 2021, sendo o segundo a ter o maior valor, perdendo apenas para Santarém, como mostra a figura 11:

**Figura 11 – Fundo de Participação dos Municípios**

**Tabela 05: FPM (R\$ Milhões) –Oriximiná - RI Baixo Amazonas (2014-2021).**

Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Alenquer	31,0	29,6	32,1	30,0	30,8	31,8	29,0	35,0
Almeirim	23,1	21,5	23,3	21,9	22,4	23,1	21,1	25,4
Belterra	14,1	13,4	17,5	16,4	16,8	17,3	15,8	19,1
Curuá	11,2	10,4	11,9	13,6	14,0	14,5	13,9	15,9
Faro	8,5	8,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,5
Juruti	31,0	28,8	32,7	28,6	24,0	8,1	33,1	33,6
Mojuí dos Campos	14,1	13,4	14,6	13,6	14,0	14,5	13,2	15,9
Monte Alegre	31,6	29,6	32,1	30,0	30,8	31,8	29,0	34,3
Óbidos	28,2	26,9	29,1	27,3	28,0	31,8	29,0	35,8
Oriximiná	33,9	32,2	35,0	32,7	33,6	39,0	34,2	41,3
Prainha	19,7	0,0	0,0	0,0	19,6	20,2	23,1	0,0
Santarém	98,4	97,4	101,0	94,8	97,5	100,5	91,6	110,6
Terra Santa	16,9	16,1	17,5	16,4	16,8	17,3	15,8	19,1

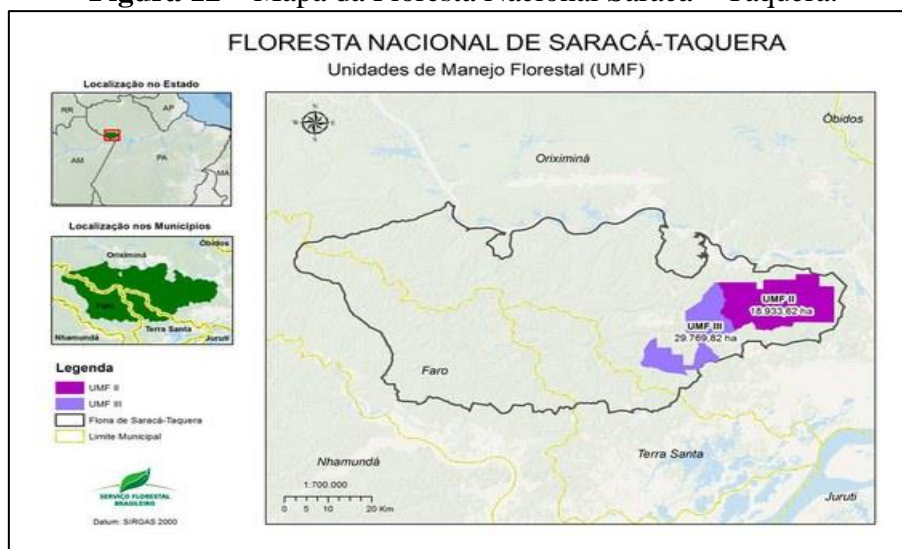
Fonte: STN.

Nota: Valores corrigidos pelo IPCA a preços dez/2021.

Fonte – FAPESPA, 2023

Em seguida, a análise da FAPESPA (2023), apresenta os potenciais turísticos, do município de Oriximiná, como a floresta Nacional de Saracá-Paquera é que uma unidade de conservação de uso direto, que permite a exploração de seus recursos naturais, essa área possui 429.600 hectares e se localiza entre os municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, como mostra o mapa baixo.

**Figura 12 – Mapa da Floresta Nacional Saracá – Taquera.**



Fonte - Gov.br; Serviço Florestal, 2023.

A reserva foi criada pelo decreto em 1989, por ter a presença de grande potencial de recursos naturais renováveis como madeira, castanha-do-Pará e outros não madeireiros e minérios como a Bauxita, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e responsável pela área, (FAPESPA, 2023).

O próximo ponto turístico apresentado é a Reserva Biológica do Rio Trombetas, que foi criada no decreto do ano de 1979, sendo uma das maiores reservas biológicas do Brasil, com uma área de 385.00 hectares. O objetivo de sua criação foi a proteção do ecossistema amazônico, assegurando a sobrevivência de espécies, permanência de processos naturais de sazonalidades e proteção de áreas de cachoeiras que abrigam fauna e flora (FAPESPA, 2023).

**Figura 13** – Foto da Reserva Biológica do Rio Trombetas.



Fonte: FAPESPA 2023.

Outro evento turístico apresentado é a Feira do Produtor, que é um espaço de comercialização de produtos, onde os comerciantes oferecem seus itens diretamente para os clientes, principalmente de Manaus, Óbidos Alenquer, Santarém e Juruti, a feira acontece há 10 anos (PARÁ, 2021).

**Figura 14** – Foto da Feira do Produtor em Oriximiná.



Fonte: FAPESPA, 2023.

Outro evento é o Campeonato de Pesca Esportiva (CAMPEE), que surgiu a partir do

desdobramento do torneio de pesca esportiva, o evento é realizado a 10 anos no município no mês de setembro, com competidores de Belém, Manaus, Santarém, Porto Trombetas e outro, com duração de três dias (FAPESPA, 2023).

**Figura 15** – Cartas do Campeonato de Pesca Esportiva



**Fonte:** Oriximiná, 2023.

Com isso o município de Oriximiná passou por transformações significativas ao longo dos anos, especialmente em sua trajetória de formação institucional e governamental. Desde sua descoberta feita pelo padre José Nicolino a elevação de freguesia a cidade, destacando as lutas dos quilombolas por direitos, a descoberta de potenciais minerais e riquezas naturais na região (ORIXIMINÁ, 2023).

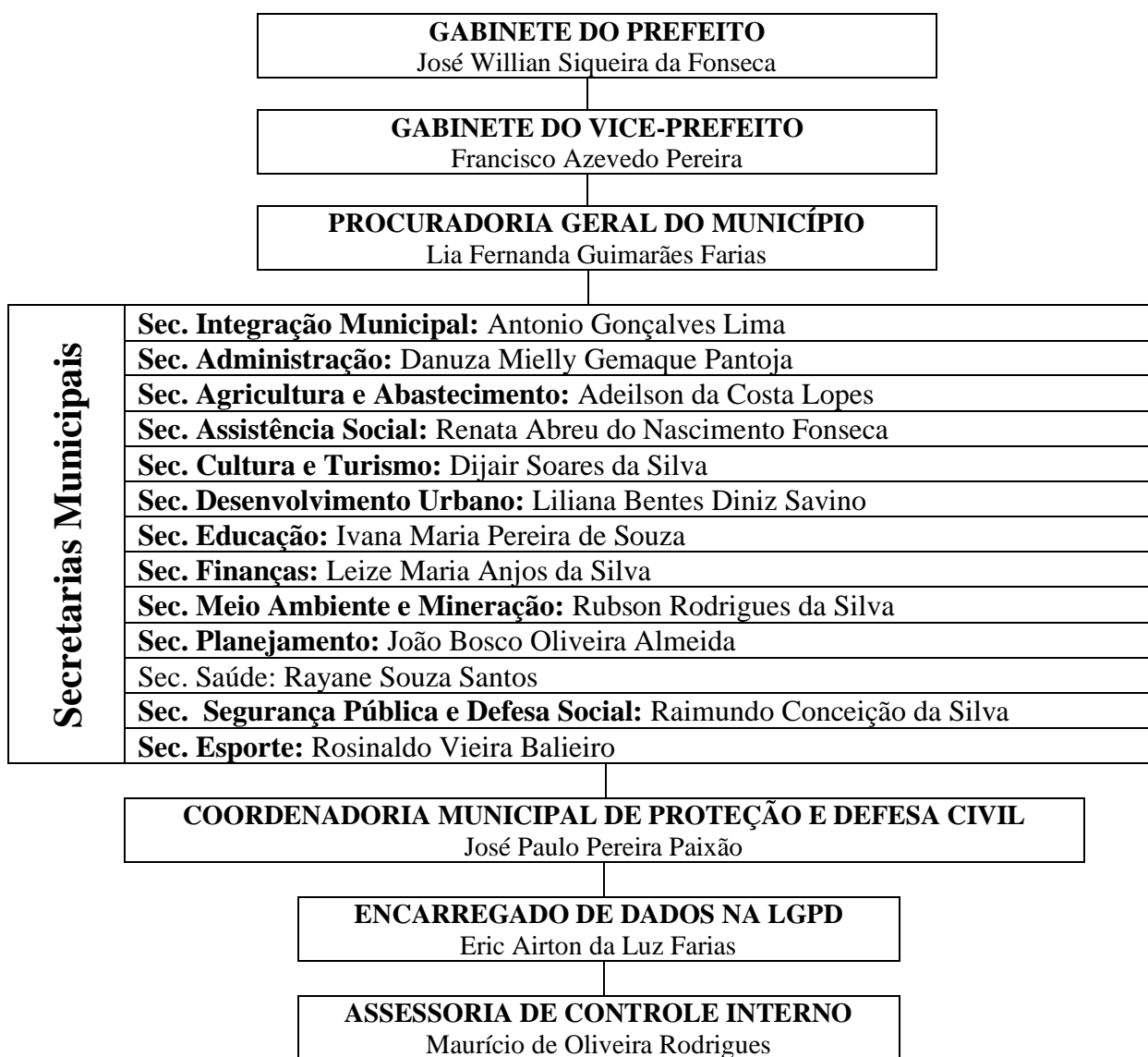
Outro avanço foi no estabelecimento de sua legislação como na Lei Orgânica, que foi marco fundamental para sua organização administrativa, além do perfil vocacional elaborado pela FAPESPA, que elaborou uma análise dos potenciais econômicos e turísticos do município, assim fornecendo as informações essenciais sobre sua gestão e governo, garantindo uma maior transparência de seu governo. Assim a trajetória de formação de Oriximiná foi importante para a identidade do município.

## CAPITULO 3 – CAPACIDADES GOVERNATIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM ORIXIMINÁ – PARÁ

### 3.1 Informações da prefeitura.

A prefeitura de Oriximiná é o principal órgão responsável pela gestão do município, ela que garante os serviços essenciais que são proporcionados pelos órgãos administrativos como saúde, educação, infraestrutura e segurança, além de promover o desenvolvimento econômico, administrar os recursos públicos e representa o município perante outros governos. O cargo de prefeito do município de Oriximiná é ocupado atualmente por José Willian Siqueira da Fonseca pelo partido Republicano e o atual ocupante do cargo de vice-prefeito atualmente e Francisco Azevedo Pereira pelo partido solidariedade. Conforme disponibilizado no site oficial da prefeitura de Oriximiná, logo abaixo a estrutura organizacional atualizada do município:

**Figura 16** – Estrutura Organizacional do Município de Oriximiná.



Fonte – Oriximiná 2023

A localização da prefeitura do governo municipal onde concentra as principais atividades administrativas do município, se localiza na esquina entre a Travessa Magalhaes Barata e a Avenida Barão do Rio Branco nº 2336, no centro da cidade:

**Figura 17** – Fachada da Prefeitura do Município de Oriximiná



Fonte – Oriximiná 2022

### 3.2 Recursos humanos em Oriximiná em 2020

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) em relação aos recursos humanos por vínculo, a pesquisa apresentou o número de trabalhadores com vínculo, os celetistas, os comissionados, estagiários e sem vínculo permanente, como mostra o quadro a seguir:

**Quadro 01: Aspecto de composição de pessoas da administração Direta de Oriximiná em 2020**

Estatutários	1998
Celetistas	0
Somente Comissionados	1667
Estagiários	0
Sem vínculo permanente	1114
Total	3279

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Na pesquisa feita pela Munic 2020 (IBGE, 2023) o município de Oriximiná apresentou um número de 1998 Trabalhadores que possuem vínculo com a prefeitura, porém o

município não apresentou trabalhadores contratados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em relação aos que possuem cargos de confiança, o município possui 1.667 pessoas, no entanto não apresentou estagiários e por fim o município apresentou 1.114 trabalhadores que não tem vínculo.

### 3.3. Habitação em Oriximiná em 2020

Segundo a pesquisa feita pela (MUNIC 2020) o município de Oriximiná possui o plano municipal de habitação, documento orientador das políticas municipais neste setor. Na mesma pesquisa constata-se que o município não realizou uma Conferência Municipal de Habitação nos últimos quatro anos anteriores a 2020, como pode ser visto a seguir.

#### Quadro 02: Aspecto do plano municipal de habitação de Oriximiná em 2020

Plano municipal de habitação – existência	Sim
O município realizou alguma Conferência Municipal de Habitação nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Na pesquisa Munic 2020 (IBGE, 2023) quanto à existência do conselho e fundo municipal de habitação de Oriximiná em 2020, consta-se que o município havia implantado estes dois instrumentos de gestão.

#### Quadro 03: Aspecto do conselho e fundo municipal de habitação de Oriximiná em 2020

Conselho municipal de habitação - existência	Sim
Fundo municipal de habitação - existência	Sim

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Sobre o cadastro de famílias necessitadas de programas habitacionais de Oriximiná em 2020, a prefeitura local informou na presente pesquisa que mantém equipes para a realização deste serviço a população demandante.

#### Quadro 04: Aspecto do cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais de Oriximiná em 2020

Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais - existência	Sim
---	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

No município de Oriximiná, existem domicílios que estão localizados em loteamentos irregulares e/ou clandestinos, com ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradias. Na pesquisa Munic 2020, não foi confirmado a presença de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, bem como cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco.

**Quadro 05: Aspecto de favelas, cortiços e loteamentos irregulares de Oriximiná em 2020.**

Loteamentos irregulares e/ou clandestinos	Sim
Ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia	Sim
Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados	Não
Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Quanto à execução de programas ou ações na área de habitação pela prefeitura de Oriximiná em 2020, a pesquisa Munic (2020) revela que, a prefeitura mantinha programa que concedia o benefício do aluguel social a população de baixa renda.

**Quadro 06: Aspecto de programas ou ações na área de habitação de Oriximiná em 2020**

A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social	Sim
Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2018 e/ou 2019, programas ou ações.	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com a análise dos dados da Munic (2020), mostrou que o município possui o plano municipal de habitação. Porém de acordo com o site da Prefeitura de Oriximiná a realização de programas habitacionais, o governo estadual em parceria com a prefeitura entregou no ano de 2022 o auxílio para a compra de materiais de construção para a melhoria de imóveis de 150 famílias do município, contudo o programa ainda beneficiava a construção civil com a garantia de renda com contratações de trabalhadores civis da região. (ORIXIMINÁ, 2022).

Diante disso, a falta de conferências municipais de habitação e a falta de programas na área de habitação, pode destacar uma certa carência do município por não apresentar essas ações segundo a MUNIC(2020), assim a importância da implementação de políticas e programas habitacionais nos municípios brasileiros é uma forma de solucionar o combate aos problemas urbanos que afetam uma parcela da população mais carente na realização do sonho de adquirir

a casa própria, e garantir a qualidade de vida e o bem-estar das famílias.

### 3.4. Transporte em oriximiná em 2020

Segundo a pesquisa Munic (2020) o município de Oriximiná, possui plano municipal de transportes, que garante a segurança no deslocamento de pessoas no município. Porém na mesma pesquisa mostra também, que não foram realizadas conferências de transporte nos últimos quatro anos antes da pesquisa, como podemos constatar no quadro abaixo.

#### Quadro 07: Aspecto do plano municipal de transporte de Oriximiná em 2020

Plano Municipal de Transporte - existência	Sim
O município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte nos últimos 4 anos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Na pesquisa Munic (2020) constata que o município possui conselho e fundo municipal de transporte.

#### Quadro 08: Aspecto do conselho e fundo municipal de transporte de Oriximiná em 2020

Conselho municipal de transporte - existência	Sim
Fundo municipal de transporte - existência	Sim

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O município de Oriximiná, possui serviços de transporte, como barcos, avião, para transporte de encomendas e passageiros entre os municípios vizinhos e transportes diários como táxi, moto táxi e etc. porém não tem trem e metrô, como mostra o quadro abaixo.

#### Quadro 09: Aspecto dos serviços de transporte em Oriximiná em 2020

Barco	Sim
Moto táxi	Sim
Táxi	Sim
Van	Sim
Avião	Sim
Metrô	Não

Trem	Não
------	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Como visto, o município de Oriximiná, possui o plano municipal de transporte, que garante uma melhor mobilidade no deslocamento de pessoas no município, porém a pesquisa da Munic (2020), apontou que também não foram realizadas conferência municipais e também não apresentou a utilização de algum serviço de transporte por aplicativo, o que é uma opção de serviço de mobilidade mais acessível, segura e que proporciona a liberdade de escolha.

### 3.5. Agropecuaria em oriximiná em 2020

De acordo com a pesquisa Munic (2020), a respeito da existência do conselho municipal de desenvolvimento rural, que estabelece as diretrizes e prioridades de políticas de desenvolvimento das atividades agropecuárias, o município de Oriximiná possui esse conselho que é responsável por essas atividades.

#### Quadro 10: Aspecto do órgão gestor da política agropecuária de Oriximiná em 2020

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – existência	Sim
--	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Em relação a programas municipais, a pesquisa da Munic (2020), mostra que existe programas ou ações na área de sementes, mudas e adubo, mas o município não tem ações nas áreas de ração ou forragem e alevinos.

#### Quadro 11: Aspecto de programas ou ações no setor agropecuário de Oriximiná em 2020

Sementes	Sim
Mudas	Sim
Adubos	Sim
Ração ou forragem	Não
Alevinos	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Sobre, programas de estímulo a programas ou ações agropecuárias feitos pela prefeitura, a pesquisa mostrou apenas, agricultura familiar, aquicultura e pesca, como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 12: A prefeitura desenvolve programa ou ação de estímulo a programas ou ações agropecuárias em Oriximiná em 2020**

Agricultura familiar	Sim
Aquicultura	Sim
Pesca	Sim
Agricultura orgânica	Não
Produção de hortas comunitárias	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Quanto a existência de programas ou ações de produtos agropecuários, o município possui apenas a compra direta com os produtores rurais.

**Quadro 13: Programa ou ação de aquisição de produtos agropecuários do município desenvolvidos pela prefeitura em Oriximiná em 2020**

Aquisição diretamente dos produtores	Sim
Aquisição através de entidades (associações, cooperativas etc.)	Não
Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com o site da Prefeitura de Oriximiná, no ano de 2022 foi assinado o termo de cooperação técnica, por meio da Secretaria de Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), a implementação de programas de assistência técnica e extensão rural, a PROATER, que garante melhorias na produção rural (ORIXIMINÁ, 2022).

Esse tipo de iniciativa representa um avanço significativo no apoio aos produtores rurais, pois promove o acesso a conhecimentos e práticas que fortalecem a produção no campo. Assim com a implementação de políticas públicas na área de agropecuária, poderia proporcionar uma melhor visibilidade para os produtores rurais, na venda de seus produtos.

### **3.6. Meio ambiente em oriximiná em 2020**

A Prefeitura de Oriximiná em parceria com o Governo Federal, atuou nos programas sobre a implementação de programas de meio ambiente aderindo ao programa sala verde, programa de educação ambiental e agricultura familiar (PEAAF) e etapa municipal da

conferência nacional de meio ambiente. Quanto aos programas coletivo educador, circuito tela verde e educação ambiental no plano de gestão integrada de resíduos sólidos (PGIRS) não houve adesão do município a estes programas federais.

**Quadro 14: Programas implementados pelo governo municipal em parceria com o Governo Federal em Oriximiná em 2020**

Sala verde	Sim
Programa de educação ambiental e agricultura familiar – PEAAF	Sim
Etapa municipal da conferência nacional de meio ambiente	Sim
Coletivo educador	Não
Circuito tela verde	Não
Educação ambiental no plano de gestão integrada de resíduos sólidos – pgirs	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com o site da prefeitura de Oriximiná, “no ano de 2022, aderiu ao Programa Território Sustentável, que permite ações de fortalecimento da produtividade de hectare de cacau, que relaciona ao sistema agroflorestal, garantindo renda ao produtor e vida digna”, garantindo certamente uma melhoria na qualidade de vida e valorizando os produtores amazônicos no município. (ORIXIMINÁ, 2022).

**3.7. Gestão de riscos e desastres em oriximiná em 2020**

Sobre a variável riscos e desastres do município realizado pela Munc (2020), o município por se localizar na região norte, anualmente nos períodos de inverno é atingido por chuvas fortes. Assim de acordo com a pesquisa o município nos últimos quatro anos não sofreu alagamento. Porém ele foi atingido por processos erosivos nos últimos quatro anos, como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 15: Ocorrências de alagamentos e processos erosivos em Oriximiná em 2020**

O município foi atingido por alagamentos nos últimos 4 anos	Não
O município foi atingido por processo erosivo acelerado nos últimos 4 anos	Sim

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com a pesquisa Munc (2020) no município houve enchente ou imundações no

ano de 2017, como mostra o quadro a seguir.

**Quadro 16: Ocorrências de enchente ou inundação gradual em Oriximiná em 2020**

O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos	Sim
Em que ano aconteceu a enchente ou inundação gradual de maior impacto para o município	2017

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Nos últimos quatro anos, o município de Oriximiná foi atingido por chuvas fortes no ano de 2020.

**Quadro 17: Ocorrências de enxurrada ou inundação brusca em Oriximiná em 2020**

O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos	Sim
O município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 4 anos	2020

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Na pesquisa Munic (2020), o município de Oriximiná, sofreu nos últimos quatro anos, com deslizamentos de terra em encostas, por conta de chuvas fortes no ano de 2020, conforme podemos verificar no quadro abaixo.

**Quadro 18: Ocorrências de escorregamento ou deslizamento de encosta em Oriximiná em 2020**

O município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 4 anos	Sim
Ano em que aconteceu o escorregamento ou deslizamento de encosta de maior impacto para o município	2020

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

O município de Oriximiná, possui apenas o Plano municipal de riscos e desastres como instrumento de planejamento de riscos e desastres, como mostra no quadro abaixo.

**Quadro 19: O município possui como instrumento de planejamento de gestão de riscos e desastres em 2020**

Plano municipal de redução de riscos	Sim
Plano diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não
Lei de uso e ocupação do solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não

Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas	Não
---	-----

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Como mostra a pesquisa da Munic (2020), o município de Oriximiná por ser localizado na Calha Norte, anualmente no período de inverno, sofre com fortes chuvas, isso mostra uma fragilidade do município em ter leis e instrumentos de prevenção desses desastres naturais. Tanto que, no ano de 2023 os moradores que vivem em áreas mais afastadas vivem sem situação de risco. Recentemente em que por conta de um deslizamento de terra a prefeitura declarou estado de emergência, de acordo com o site de notícia Agência Pará.

O decreto da Prefeitura aponta que “por se tratar de um município com topografia bastante acidentada, composta de aclives e declives, todos habitados e sem um sistema de drenagem eficiente, o que propicia o acúmulo de água nas partes mais altas, fazendo com que esses caudais ao se movimentarem, de acordo com a inclinação do terreno, provoquem o surgimento de enxurradas bruscas, intensas e violentas que atingem as áreas urbanas mais baixas, de forma bastante degradante onde vários logradouros públicos e algumas residenciais de vários bairros sofreram grandes danos e causaram medo e destruição por onde passaram (AGÊNCIA PARÁ, 2023).

A vulnerabilidade das famílias que moram nas áreas de riscos de deslizamentos de terra, revela uma preocupação para o poder público, por falta de implementação de planos e políticas, contra desastres causados de forma natural.

### 3.8. Covid-19 desastres em oriximiná em 2020

Segundo a realização de ações de combate contra a Covid-19 no município de Oriximiná, realizado pela pesquisa Munic (2020), só foram realizados a dedetização de bairros e locais públicos, uso obrigatório de máscaras em locais públicos, como mostra o quadro abaixo.

#### **Quadro 20: Ações realizadas durante a pandemia da covid-19 em Oriximiná em 2020.**

Realizou a desinfecção de bairros e locais públicos do município	Sim
Adotou o uso obrigatório de máscaras em transportes públicos, locais públicos e comércios	Sim
Recomendou o uso de máscaras em transportes públicos, locais públicos e comércios	Sim
Distribuiu máscaras para a população em locais públicos	Não
Ampliou os serviços on-line para atender a população	Não

Fonte: IBGE – Cidades, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Durante o período da Covid-19 o município de Oriximiná, teve sucesso no combate da doença, como recorda a notícia do site da prefeitura na quela época. Na notícia a Secretaria de Saúde, seguiu todos os protocolos de contingência da doença, das pessoas que chegavam de viagem (ORIXIMINÁ, 2020).

Estamos liberando da quarentena os 67 que estavam na embarcação que veio de Santarém na semana passada com passageiros de Manaus, Belém e Santarém. Também estamos liberando as 17 pessoas que vieram de Juruti, mais 1 médico e outras pessoas que estão sendo monitoradas pela Secretaria. Todos estão bem, nenhum deles manifestou sintomas até hoje e por isso foram todos liberados", informou Márcia Campos. (ORIXIMINÁ, 2020).

Na época, durante a coletiva de empresa a Secretaria de Saúde, informou sobre o óbito de uma jovem, a secretaria deu todo apoio a família da vítima e acompanhamento psicológico. (ORIXIMINÁ, 2020). Isso mostra a atuação do município no combate durante a pandemia.

A partir da análise que foi realizada pela Pesquisa de informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) do IBGE, verificou-se que o município de Oriximiná apresentou certas fragilidades, como na implementação de políticas públicas municipais em diversas áreas que garantem o desenvolvimento local, todavia os instrumentos de gestão como planos municipais e conselhos estejam legalizados a falta de ações concretas e programas diminui a capacidade governamental na promoção de atendimentos nas demandas sociais do município.

Diante disso seria necessário ter um maior comprometimento do poder público em setores estratégicos como habitação, transporte, meio ambiente e gestão de riscos, pois a necessidade de conferências municipais e escassez de programas podem prejudicar a formulação e execução de políticas voltadas para a qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as capacidades governativas na gestão pública do município de Oriximiná, enfatizando como a gestão municipal ganhou uma maior autonomia decorrente a descentralização do poder, devido a elaboração da Constituição Federal de 1988, que proporcionou uma maior independência para os municípios na formulação de políticas públicas, com o propósito viabilizam a reais necessidades locais e promovendo o desenvolvimento da comunidade local.

Em seguida, foram apresentados os conceitos e a importância da capacidade estatal para os municípios brasileiros, com base na visão dos autores Grin, Demarco e Abrucio, destacando seu fortalecimento a partir da Constituição Federal de 1988. Essa legislação ampliou as responsabilidades municipais, tornando-os unidades federativas. Nesse contexto, a capacidade estatal se destacou como um conjunto de habilidades, recursos e competências do Estado que viabilizam a formulação e implementação de políticas públicas. A partir disso, a governança municipal assumiu um papel essencial no fortalecimento da capacidade governativa, que se refere à habilidade dos governos de utilizar essas ferramentas de maneira eficiente. Essa perspectiva foi destacada por Diniz (1995), que enfatiza como os governos empregam tais competências para promover o desenvolvimento municipal.

Assim com base na análise do levantamento de informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2020) mostrou a necessidade na administração e na implantação de programas, ações e políticas para a necessidade da população oriximinaense. As capacidades governativas são importantes para orientar o desenvolvimento municipal, ao longo dos anos após a pesquisa da (MUNIC 2020), o governo local ágil para diminuir essas necessidades, com a parceria do governo do Estado com o município implementaram o programa sua casa, que ajudou a população e a mão de obra local.

No entanto o levantamento mostrou que algumas atividades não estavam sendo feitas, como reuniões de concelhos municipais, programas e ações realizadas pela prefeitura. Diante disso, o governo local trabalhou para buscar estratégias de acordo com os tipos de dificuldades que surgiram como durante a época da pandemia, o município seguiu todos os métodos de contingência e combate da doença diminuindo os casos, quando ocorreram as erosões do solo o governo ofereceu toda a ajuda aos moradores e desabrigados do local.

Conclui-se, que a atuação do governo do município nos anos seguinte após o levantamento das informações sobre o município, apresentou fatores que melhoram sua atuação do poder público nas implementações de programas de apoio a sociedade civil proporcionado

estratégias de desenvolvimento no seu território.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. S. B.; et al. Contribuições do campo de públicas: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública. Belo Horizonte, 2020.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense; GIOSA, Lívio Antonio; LEMOS, Murilo Lemos de. Gestão municipal no Brasil: modernização, cooperação e humanização. 2021.

COSTA, Jorge Heleno; VIEIRA, Lucas Augusto Tomé Kanno. O Município brasileiro: aspectos históricos sobre sua formação até o reconhecimento como ente federado. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 8, n. 2, p. 41-55, 2022.

CPI – SP. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Mineração em Oriximiná**. 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/luta-pela-terra/mineracao/> . Acesso em: 17 jul. 2023.

CPI-SP. COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Quilombolas em Oriximiná**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

FAPESPA. FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS **Perfis econômicos vocacionais dos municípios paraenses**: Oriximiná. Belém, PA: FAPESPA, 2023.

FLORENZANO, Franssinete. A saga de Uruá-Tapera a Oriximiná, 27 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://uruatapera.com/a-saga-de-urua-tapera-oriximina/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

G1. **População de Oriximiná (PA) é de 68.294 pessoas, aponta o Censo do IBGE**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/06/28/populacao-de-oriximina-pa-e-de-68-294-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GOMES, M. D. L.; FERREIRA, P. A.; AMÂNCIO, J. M.; Capacidade Estatal e Formulação de Políticas Sociais por Municípios Sob a Ótica da Gestão Pública Democrática; **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 83-104, jan./jun. 2017.

GOV.BR, *Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA)*. Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/florestal/pt-br/assuntos/concessoes-e-monitoramento/concessoes-florestais-em-andamento/floresta-nacional-de-saraca-taquera-pa>. Acesso em: 04 dez. 2024.

GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L.; Capacidades estatais em governos subnacionais: dimensões teóricas e abordagens analíticas. In: GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.;

ABRUCIO, F. L.; (org.). **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro** [recurso eletrônico. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Entre o mito e a história: o padre que nasceu índio e a história de Oriximiná**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 10, n. 1, p. 47-64, jan.-abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1957.

IBGE. Perfil dos municípios brasileiros. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/pesquisa/1/94413?ano=2020> . Acesso em: 10 maio 2023.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. 2000.

NHARRELUGA, Rafael Simone. O governo eletrônico como uma política pública de informação. **PontodeAcesso**, v. 3, n. 2, p. 147-157, 2009.

JÚNIOR, Evaldo. Governo do Estado decreta situação de emergência em Oriximiná em virtude das chuvas no município. **Agência Pará**. 2023. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/41535/governo-do-estado-decreta-situacao-de-emergencia-em-oriximina-em-virtude-das-chuvas-no-municipio> . Acesso em: 23 maio 2023.

MASTRODI, Josué; DE ARAUJO IFANGER, Fernanda Carolina. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, v. 24, n. 9, p. 03-16, 2019.

OESTADONET. Iterpa discute delimitação de terras de Oriximiná, Faro e Terra Santa. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/11577/iterpa-discute-delimitacao-de-terras-de-oriximina-faro-e-terra-santa>. Acesso em: 29 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. A. B.; CARDOSO, G. M.; As bases da capacidade governativa e a imprescindibilidade da inserção popular. **Revista Brasileira de Estudos Políticos** | Belo Horizonte | n. 128 | pp. 197-222 |. 2024. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/660/720> . Acesso em: 22 novembro 2024

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. Assessoria de comunicação. **Governo Municipal firma parceria com EMATER-PA**, 2022. Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/informa.php?id=218> . Acesso em: 23 maio 2023.

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. Governo de Oriximiná adere ao Programa Territórios Sustentáveis. **Prefeitura de Oriximiná**, 2022. Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/informa.php?id=254> . Acesso em: 23 maio 2023.

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. Governo do Pará e Prefeitura de Oriximiná entregam benefícios do Programa Sua Casa, 2022. Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/informa.php?id=255> . Acesso em: 06 maio 2023.

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. **Lei Orgânica de Oriximiná**. Resolução Nº 06, de 12 de Dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.cmoriximina.pa.gov.br/doc/LeiOrganica.pdf> . Acesso em: 5 dez. 2024.

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. Oriximiná mantém sucesso no combate a covid-19. **Prefeitura de Oriximiná**, 2020. Disponível em: <https://oriximina.pa.gov.br/informa.php?id=97> . Acesso em: 24 maio 2023.

ORIXIMINÁ. Prefeitura Municipal de. **Secretário de Planejamento se reúne como equipe para analisar o projeto de lei da LDO 2024**, 2023. Disponível em: <https://www.oriximina.pa.gov.br/informa.php?id=357> . Acesso em: 22 maio 2023.

ORIXIMINÁ. Câmara municipal de. Site institucional da Câmara Municipal de Oriximiná. Disponível em: <https://cmoriximina.pa.gov.br/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)**. Oriximiná: um destino de grandes riquezas. Belém: SETUR, 2021. Disponível em: <https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/oriximina.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

PEREIRA, Cibele Ribeiro. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e seus desdobramentos. **Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea**, v. 3, n. 01, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpgc/article/view/31-45> . Acesso em: 25 dez. 2024.z

REVISTA AMAZÔNIA. **Mineração em Oriximiná: impactos nas comunidades quilombolas e ribeirinhas**. Revista Amazônia, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://revistaamazonia.com.br/mineracao-em-oriximina-impactos-nas-comunidades-quilombolas-e-ribeirinhas/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTO ANTÔNIO ORIXI. Histórico da Paróquia de Santo Antônio - Parte I. Disponível em: <https://santoantonioorixi.blogspot.com/2014/07/historico-da-paroquia-de-santo-antonio.html> Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTO ANTÔNIO ORIXI. Histórico da Paróquia de Santo Antônio - Parte IV. Disponível em: [https://santoantonioorixi.blogspot.com/2014/07/historico-da-paroquia-de-santo-antonio\\_49.html#more](https://santoantonioorixi.blogspot.com/2014/07/historico-da-paroquia-de-santo-antonio_49.html#more). Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Governabilidade, governança e capacidade**

**governativa.** Brasília: ENAP, 2001

SOUZA, Celina.; GRIN, E. J.; Desafios da federação brasileira: descentralização e gestão municipal. In: GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L.; (org.). **Capacidades estatais municipais:** o universo desconhecido no federalismo brasileiro [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_164.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_164.pdf) . Acesso em Acesso em: 10 maio 2023.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador: AATR, v. 200, p. 09, 2002.

WIKIPÉDIA: Oriximiná. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oriximin%C3%A1>. Acesso em: 26 nov. 2024.

**WIKIPÉDIA.** Magalhães Barata. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Magalh%C3%A3es\\_Barata](https://pt.wikipedia.org/wiki/Magalh%C3%A3es_Barata). Acesso em: 28 nov. 2024.

**WIKIPÉDIA.** Porto Trombetas. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto\\_Trombetas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Trombetas). Acesso em: 29 nov. 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
REITORIA  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

**1. Identificação do autor**

Nome completo: Alan Fernando de Jesus da Silva

CPF: 052.871.682-41 RG: 8988480 Telefone: (93) 992427608

E-mail: alanfernando.jesus@yahoo.com

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

(X) Sim ( ) Não

**2. Identificação da obra**

(X) Monografia ( ) TCC ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Artigo científico ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Título da obra: Capacidades Governativas da Gestão Pública Municipal em Oriximiná – Pará

Programa/Curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_

Data da conclusão: 15 / 04 / 2025.

Agência de fomento (quando houver): \_\_\_\_\_

Orientador: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

Co-orientador: \_\_\_\_\_

Examinadores: Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho

Prof. Dr. Raoni Fernandes Azeredo

**3. Informação de disponibilização do documento:**

O documento está sujeito a patentes? ( ) Sim (X) Não

Restrição para publicação: ( ) Total ( ) Parcial (X) Sem restrição


Justificativa de restrição total\*: \_\_\_\_\_

**4. Termo de autorização**

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Documento assinado digitalmente

 ALAN FERNANDO DE JESUS DA SILVA  
Data: 27/05/2025 17:35:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alenquer, 27 / 05 / 2025.

Assinatura do autor

**5. Tramitação no curso**

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Responsável: \_\_\_\_\_

Siape/Carimbo